



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ACTA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2021 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A SETE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM

Acta nº 4/2021

aprovada em 7 de Fevereiro de 2022

No dia sete do mês de Setembro de dois mil e vinte e um teve lugar a 4ª Sessão Ordinária de 2021, realizada na Antiga Igreja do Convento São Francisco, com a seguinte ordem de trabalhos:

I – ABERTURA

Informações do Presidente da Assembleia

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções dos Deputados Municipais

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara

- Grupos Políticos

2. **Estratégia Municipal de Saúde** nos termos da alínea h), do nº 1, do art.º 25º, - *votação*;
3. **Programa Municipal para as Alterações Climáticas** nos termos da alínea h), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro - *votação*;
4. **Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) relativo ao ano de 2021, a liquidar e cobrar em 2022** nos termos da alínea d), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro - *votação*;
5. **Derrama do ano 2021 a liquidar e cobrar em 2022** nos termos da alínea d), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro - *votação*;
6. **Participação Variável no IRS, para 2022** nos termos da alínea c), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro - *votação*;
7. **Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), para 2022** nos termos da alínea c), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro - *votação*;
8. **Contrato Interadministrativo de Cooperação entre a Direção Geral do Património Cultural e o Município de Coimbra – Obras- Santa Clara-a-Velha e Museu Nacional Machado de Castro** nos termos da alínea k), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro - *votação*;
9. **Contrato Interadministrativo de Cooperação entre o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais e o Município de Coimbra – WiFi - Santa Clara-a-Velha e Museu Nacional Machado de Castro**, nos termos da alínea k), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro - *votação*;
10. **Projecto de delimitação das áreas de Reabilitação Urbana (ARU) da Área Empresarial da Pedrulha e da Área Empresarial de Cernache** nos termos da alínea r), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro - *votação*;
11. **ARU Coimbra Universidade/Sereia - Proposta de aprovação da operação de reabilitação urbana (ORU) simples que contém a respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana ERU e âmbito temporal**, nos termos da alínea r), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro - *votação*;
12. **Projecto da acta nº 2/2021 de 30/06/2021.**

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Eleitos directos

Luís Marinho, Ferreira da Silva, Isabel Vargues, Hernâni Caniço, Vítor Parola, Ângela Correia, Juvenal Sousa, Isabel García, Rui Claro, José Dias, José Cortesão e Elisabete Lemos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Presidentes de Junta de Freguesia: António Coelho, João Marques, José Santos, Joaquim Pereira, José Salgado, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, Fernando Simões, Manuel Veloso, Horácio Costa e Victor Duarte.

Grupo Municipal (PPD/PSD)

Eleitos directos

Francisco Rodeiro, Carolina Patrício, Rui Marques, Manuela Oliveira e Júlio Gaudêncio.

Presidentes de Junta de Freguesia: António Teodoro, José Simão, Carlos Pinto e Francisco Andrade.

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

Eleitos directos

Manuel Rocha, João Pinto Ângelo, Filipa Malva e Victor Carvalho.

Presidentes de Juntas de Freguesia: António Lopes e Jorge Mendes.

Grupo Municipal Somos Coimbra (SC):

Eleitos directos

João Aldeia, Nunes da Silva, João Orvalho e Lúcia Ferraz.

Presidente de Junta de Freguesia: Rui Soares.

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):

Eleitos directos

Lúcia Santos e Pedro Filipe.

Grupo Municipal “Cidadãos por Coimbra” (CpC):

Eleitos directos

Graça Simões e Serafim Duarte.

Deputado Municipal do PPM

António Cabral Oliveira.

Deputado Municipal do MPT

Rui Campos

Presenças da Câmara Municipal:

Além do Presidente da Câmara Manuel Machado, estiveram presentes os Vereadores, Regina Bento, Carina Gomes, Madalena Abreu, José Silva, Ana Silva e Francisco Queirós.

Mesa:

Presidiu a sessão o Presidente da Assembleia Municipal Luís Marinho que foi secretariado por Francisco Andrade, como Primeiro Secretário e Victor Carvalho, como Segundo Secretário.

O Presidente da Assembleia iniciou a sessão quando eram catorze horas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento nos termos do artigo 13º do Regimento da Assembleia Municipal – Mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2015 e, nos termos dos artigos 78º e 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, dos pedidos de suspensão de mandato

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Deputada municipal **Rosa Isabel**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Elisabete Lemos**.

Deputado municipal **Luís Silva**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **José Dias**.

Deputado municipal **António Correia**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Horácio Santiago**.

Deputado municipal **Rui Claro**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **José Cortesão**.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deputado municipal **João Marques**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Arménio Ferraz**.

Deputado municipal **Jorge Veloso**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Vítor Duarte**.

Grupo Municipal (PPD/PSD):

Deputada municipal **Paula Alves**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Manuela Oliveira**.

Deputado municipal **João Parreira**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Júlio Gaudêncio**.

Deputado municipal **João Campo**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Carlos Pinto**.

Grupo Municipal Somos Coimbra (SC):

Deputado municipal **José Albino**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **João Casaleiro**.

Deputado municipal **João Casaleiro**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Ana Andrade**.

Deputado municipal **José Albino**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Diogo Martins** (*que não compareceu*).

Deputado municipal **Diogo Martins**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Pedro Moura**, que *não compareceu* tendo pedido de *renúncia de mandato*.

Todas as substituições foram efectuadas nos termos do nº 1, artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, bem como nos termos do artigo 13º do Regimento da Assembleia Municipal.

I – ABERTURA

Informações do Presidente da Assembleia:

O Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão encetando as inscrições para o “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

- Colocou a proposta de *Ordem de Trabalhos* à consideração dos membros da Assembleia, adiantando que, caso não houvesse objecções, considerar-se-ia, naturalmente, aprovada. Face à inexistência de observações, certificou a sua aprovação;
- Referiu o “*escrupuloso cumprimento do Mandato*”, reconhecendo que, já em fase de campanha eleitoral, existiam inúmeros motivos que justificavam ausência, mas o mesmo não se verificava pelo que não estaria comprometido o Quórum. Dedicou, por isso, um agradecimento à Assembleia e particularizou “*àqueles que nos vão deixar, pelas mais diversas razões (...) uma palavra de agradecimento generalizado (...)*”;
- Percorreu as bancadas dirigindo-se aos seus líderes. Primeiramente a líder do CpC, Graça Simões, “*agradecer tudo o que foram as suas gentilezas, a sua intervenção*”. Prosseguiu com a líder do CDS-PP, Lúcia Santos, caracterizando a sua “*intervenção de grande dignidade, grande tolerância, grande qualidade, pelo que estamos muito agradecidos a si e ao seu grupo*”. Seguiu-se, o líder do Somos Coimbra, Carlos Silva” *que numa fase final do mandato assumiu as rédeas da liderança do seu grupo, também agradecer todas as gentilezas e toda a educação com que tratou a Mesa (...) não me esqueço de Filomena Girão que deu um contributo, também, decisivo para esta Assembleia pela qualidade das suas intervenções*”. Avançou com Manuel Rocha, líder da CDU, imputando-lhe “*intervenções muito acertadas, muito assertivas, pondo sempre à frente de tudo o interesse geral e o interesse comum*”. Finalizou com líder do PSD, Francisco Rodeiro, “*que em circunstâncias, que não foram as melhores, também teve de ocupar a liderança do seu grupo, também sem esquecer Nuno Freitas que teve aqui, ao longo de muitos anos, uma intervenção prestigiando esta Assembleia*” Finalizou com o Líder do Ps,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Deputado Ferreira da Silva, com *“uma intervenção decisiva nas grandes decisões desta Assembleia até porque lidera o grupo que tem mais deputados e, portanto, tem mais responsabilidades aqui dentro, essencialmente, pela capacidade que teve de criar consenso”*;
- Estendeu o agradecimento aos Vereadores, em exercício permanente ou não, que se apresentavam, invariavelmente, nas Sessões para interpretar a auscultação dos cidadãos e das instituições;
 - Relevou a componente de *“nostalgia, por parte da Mesa”* (...) *“teremos oportunidade de continuar a intervir na coisa pública de muitas formas e de muitas maneiras (...) cada um de vós tem a possibilidade e a qualidade de intervir, influir, ajudar a decidir no exterior, fazendo o exercício, que tem de ser feito, da nossa cidadania e o exercício da cidadania faz-se em qualquer parte”*;
 - Lembrou *“alguém a quem esta cidade, esta região deve muito do ponto de vista do exemplo daquilo que é a sua dignidade material a sua dignidade efectiva a disponibilidade em favor do outro, o sacrifício a pertinácia, a vontade tudo características de uma senhora que nos deixou com 92 anos há poucos dias, a semana passada, a pessoa que eu conheci por Madre Teresa Serra (...) acima de tudo faz falta porque o exemplo dela deixa de estar aqui, era uma mulher de fé, era crente mas (...) tinha uma relação com o mundo de racionalidade (...) eu sou testemunha de ela defender esses valores muitos anos antes da Constituição da República os consagrar (...) não podemos deixar de lembrar (...) Teresa Margarida Serra Granado e levantarmo-nos num minuto de silêncio à sua memória”*;
 - Dedicou uma palavra de reconhecimento e agradecimento ao Professor Norberto Pires e endereçou condolências da Assembleia à sua família;
 - Anunciou a proposta de resolução comum relativa às questões climáticas, resultante da iniciativa do grupo *ClimAção* complementada com contribuições do seio da Comissão de Protecção do Ambiente e do Ordenamento do Território. Mostrou agrado e contentamento com o resultado cujas expectativas do grupo proponente poderiam não ter sido completamente correspondidas mas valorizavam a discussão *“levou esta Assembleia a uma reflexão, a um levantar de consciências, a um debate, a encontrar uma proposta de resolução comum”*... *“há que perceber que no quadro da democracia representativa o último filtro é a Assembleia, a sociedade pode ter as suas iniciativas (...) o filtro decisivo num órgão parlamentar como este é a vontade dos deputados”*.

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções dos Deputados Municipais

Intervenção da deputada municipal Nunes da Silva (SC): [\(áudio 24:43 a 31:29 minutos - 1ª gravação\)](#)

- Dirigiu as primeiras palavras, na última sessão do Mandato, agradecendo, ao pessoal técnico, ao Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal; ao Presidente da Assembleia Municipal; ao Presidente do Executivo; aos Senhores e Senhoras deputados municipais, Aos Senhores e Senhoras Vereadores; aos membros da Comunicação Social e ao público que *“ouviram atentamente as nossas ideias, as suas críticas, tudo o que achamos importante aqui trazer para melhorar a qualidade de vida dos nossos munícipes. Fomos opositores na maioria das situações (...) mas também estivemos de acordo e apoiámos quando era necessário. Conhecemos novas pessoas, reencontrámos outras de lutas anteriores e criámos amizades, acabamos este mandato mais completos do que o iniciámos”*;
- Afirmou *“Sem oposição não há democracia! (...) ao longo destes 4 anos, tentámos por todos os meios ao nosso dispor corrigir o que entediamos de errado na condução do Município”*. Garantiu que os Vereadores do Somos Coimbra tinham feito tudo para ajudar o Executivo, mas alertou *“devo dizer que em vão”*;
- Rebateu a acusação de falta de ideias com a apresentação de 112 medidas, todas exequíveis, em vários sectores de actividade. *“não pretendemos de forma alguma aliciar o eleitorado, saberá, no dia 26 de Setembro, distinguir o possível do irrealista.”*;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Respondeu afirmativamente à questão “*gostaríamos de ter um aeroporto na região centro?*”, arguindo, no entanto, objecções que o inviabilizariam inferiu “*não depende exclusivamente da vontade do Executivo Conimbricense. É verdade!*”;
- Enunciou como exigências ao governo central a construção da Maternidade; a definição do futuro do Hospital dos Covões; a reconstrução do Palácio da Justiça; a recolocação da Penitenciária; a Rede de Alta Velocidade. Declarou “*seria incorrecto e injusto da minha parte dizer que estes aspectos foram todos problemas de 4 anos, mas a governação Socialista/Comunista já leva 8 anos*”;
- Anunciou que as reuniões do Executivo seriam realizadas nas sedes das Juntas de Freguesas de forma aos habitantes exporem os seus problemas, as suas ideias para a solução dos mesmos, proporcionando uma maior rapidez na resposta às legítimas aspirações da população;
- Relembrou “*aquela célebre votação unânime em que ficou decidido transferir 10% do orçamento para as freguesias*”, reflectindo que nunca tinha assistido a qualquer reivindicação da sua execução por parte dos seus pares na votação, nomeadamente, PS ou CDU.
- Enumerou como fundamentais à tutela pública a água, a luz, os transportes, o ensino, a saúde e os combustíveis e rematou “*um sector público forte para concorrer com um sector privado, cada vez mais forte.*” Incumbiu o “*Estado/Município de apetrechar e modernizar em todos os sentidos: pessoal; instalações; equipamentos; investigação topo, etc.*”;
- Elucidou que o mercado de arrendamento em Coimbra estava altamente inflacionado e deficitário e que, apesar de não ser competência do Executivo definir preços, se tivesse 50, 100 ou 500 fogos na Baixa ou na Alta/Centro Histórico com rendas controladas, abaixo do mercado, talvez conseguisse fixar casais jovens, impedindo a sua saída para os concelhos limítrofes. “*Por um lado, aumenta o património do município. Por outro lado, controla, indirectamente, o mesmo*”. Interpelou o Presidente da Câmara “*de quantos fogos dispõe, neste momento, o Município? (...) quantos tem, neste momento, o município, arrendados a preços controlados?*”;
- Dedicou as últimas palavras para “*o que considero o principal pilar e o perfeito reflexo do funcionamento de uma verdadeira democracia – A Comunicação Social. Gostaríamos que os vossos ouvintes e os vossos leitores tivessem acesso pleno, a tudo o que se desenrola neste Município, obviamente, vindo de que quadrante vier para o futuro*”.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 32:56 a 38:56 minutos - 1ª gravação\)](#)

- Sublinhou e acompanhou as palavras do Presidente da Assembleia e referiu, ainda, que “*não há nenhuma circunstância em que não nos olhemos todos nos olhos e não tenhamos, enfim, a cordialidade, a amizade que resulta de uma convivência muito regular e do respeito absoluto por tudo aquilo que aqui foi dito, tal não significa concordância e ainda bem!*”. Saudou a Mesa na condução dos trabalhos e os trabalhadores da Assembleia, valorizando e relevando o seu apoio. Preveniu, por último, a extensão do cumprimento ao Presidente da Câmara e Vereadores;
- Retomou a questão abordada na última Sessão, antecipando “*houve desenvolvimentos degradáveis*”. Antecipou que a campanha eleitoral não podia ser encarada como “*insulto ao pensamento de quem quer que seja (...) não podemos permitir que a liberdade de propaganda possa ter a interferência de qualquer poder limpador!*” (...) “*sem que o património seja beliscado que os murais possam ter um papel de protagonismo político que é o da Democracia*”. Reportou o apelo feito à Comissão Nacional de Eleições no sentido de ser reposto “*o direito à expressão nos espaços que sejam os espaços da cidade*”;
- Defendeu “*um partido que tem 100anos e respeita a legalidade democrática, mas que quando não havia legalidade democrática, mesmo assim teve acção política*” e acrescentou “*quem escreve (...) e assina merece respeito e é por esse por esse respeito que vamos lutar*”.

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (CpC): [\(áudio 39:38 a 47:18 minutos - 1ª gravação\)](#)

- Declarou “*a democracia representativa não pode nem deve anular a democracia participativa cidadã, uma não condiciona a outra, antes se enriquecem mutuamente*”
- Relatou os trâmites da petição dirigida à Assembleia, com mais de um milhar de subscritores que apelavam à aprovação de uma recomendação dirigida à Câmara Municipal, para que a última proferisse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

uma "declaração de estado de emergência climática" no Município e que se compromettesse com um programa concreto de acções, no âmbito do combate às alterações climáticas, tendo em vista alcançar a neutralidade carbónica até 2030;

- Defendeu que a petição deveria ter sido apresentada à Assembleia Municipal e submetida a votação. Prosseguiu, face a falta de *“vontade política e o consenso político necessário, sobre a declaração de emergência climática, considerada, pela maioria das forças políticas representadas, inadequada e alarmista”*, propuseram que a Comissão de Ambiente reunisse e elaborasse um documento que, *“tendo por base o texto da petição, e sem desvirtuar os considerandos e a essência das propostas de recomendação nela apresentadas (...) ultrapassando as visões partidárias, em prol de um bem comum”*
- Recorreu a palavras do Secretário-Geral da ONU e aos apelos para que se adoptassem medidas urgentes contra a crise climática, face à incapacidade de cumprir a meta estabelecida no Acordo de Paris, de limitar o aumento da temperatura global a 1,5º Celsius. Neste contexto, sobre a proposta de resolução comum, afirmou *“de forma clara e inequívoca, como o fizemos em sede de discussão na Comissão de Ambiente, que discordamos da formulação do seu terceiro parágrafo, onde era afirmado que “as alterações climáticas, ainda que expressão da continuada evolução do planeta são, simultaneamente, resultantes da intervenção humana (...)”*. Esclareceu que a discordância do CpC se prendia com princípio, *“não é meramente semântica”*, justificando que *“invocar a variabilidade natural do clima apenas serve para baralhar os dados e escamotear o problema, assumindo contornos de negacionismo mitigado.”* Observou e reforçou a *“a origem antropogénica”* das alterações climáticas numa alternativa de texto que não tinha sido acolhida. não tendo sido acolhido.
- Analisou o Programa Municipal para as Alterações Climáticas que saudou como positiva a sua apresentação, apontando alguns aspectos que *“nos merecem apreensão e uma crítica construtiva”*. Avançou que o Programa Municipal para as Alterações Climáticas *“não pode ser apenas um enunciado de medidas que facilmente teriam o acordo de todos/as, mas a que falta compromisso político, e que não aponta de forma clara e inequívoca meios para a sua operacionalização e monitorização.* Apontou como falhas a não identificação das principais fontes de emissão de gases com efeito de estufa e respectiva quantificação. Notou que no roteiro de descarbonização, falhava a definição de metas quantificáveis e consequente monitorização das mesmas. Questionou a pegada ecológica do município e referiu que o único caso de quantificação era nos SMTUC. Revelou que o Programa não assinalava metas quantificáveis de redução das emissões, calendarização das acções ou financiamento das medidas, *“não vinculando o Executivo Municipal à sua aplicação. Em matéria de financiamento tudo é vagamente remetido para programas de fundos europeus, sem qualquer referência de vinculação ao orçamento das GOP”*. *A julgar pela evolução das despesas do Município em ambiente de 2001 para 2019, segundo dados da Pordata, registou uma acentuada descida, de mais de 50%, caindo de 13% para 6,1%, o que não augura nada de bom!”*. Abordou a Comissão de Acompanhamento prevista no Programa Municipal para as Alterações Climáticas” *consideramos negativo que não assegure a participação cidadã, nomeadamente, através de associações ambientalistas. Para além disso, parece-nos que dificilmente poderá exercer as suas funções de monitorização, quando não dispõe nem meios, nem de quaisquer poderes para exigir dados métricos regulares que permitam realmente aferir os progressos”*;
- Observou, por fim , *“ estranhamos que uma das competências que é atribuída à Comissão, sendo um órgão consultivo, que reúne uma vez por ano, é de (passo a citar) ‘encontrar formas de financiamento para a implementação das medidas previstas no Programa’ (página 497) , o que reforça as nossas apreensões acerca do financiamento e implementação das medidas previstas”*

Intervenção da deputada municipal José Dias (PS): [\(áudio 47:55 a 52:52 minutos - 1ª gravação\)](#)

- Valorizou o resultado concreto da Comissão de Protecção do Ambiente *“inédito neste mandato porque conseguimos chegar todos a um entendimento “e frisou, face aos contributos da petição, que auscultar um número reduzido de peticionários não reproduziria fielmente a vontade do universo de signatários da petição;*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Avançou que *“nós enquanto grupos políticos colocamos o nosso cunho ideológico em cada uma destas propostas (...) é um entendimento, incluindo do CpC de modo a que conseguíssemos ter aqui uma proposta o mais abrangente e transversal possível“* (...) *“no meu entendimento consegue não só salvar o conteúdo da petição como (...)aquele que é um trabalho municipal já concretizado“*;
- Relembrou que o município trabalhava num plano para combate às alterações climáticas há mais de um ano, *pelo que não estava em hipótese “ignorar um trabalho feito, de excelência, pelos técnicos da Câmara Municipal “*;
- Reflectiu *“é uma filosofia que se vai ter em todas as políticas públicas do município (...)”* exemplificando com o desassoreamento do rio Mondego no valor de 4 milhões de euros; as Cicloviarias no valor de 2,2 milhões de euros; os autocarros eléctricos no valor de 10 milhões de euros; a reabilitação energética do edificado municipal incluindo bairros municipais no valor de 6 milhões de euros ; a arborização da cidade e produção de energia fotovoltaica através do *“Regulamento Coimbra Cidade Sustentável”* e rematou *“portanto dizer pura e simplesmente não existem mecanismos financeiros ou que provém única e simplesmente de fundos europeus é atirar areia para os olhos“*.

Intervenção da deputada municipal Francisco Rodeiro (PSD): (áudio 53:40 da 1ª gravação a 00:12 minutos - 2ª gravação)

- Questionou retoricamente *“que importância assume, pois, o pregão de que, naqueles últimos 4 anos, se valorizou Coimbra, ou que, pelo contrário, se desvalorizou Coimbra, se os Conimbricenses não estivessem predispostos, nas urnas, a avaliar a posição de princípio que convinha aos contendores. ?”*
- Saudou e cumprimentou a Mesa, seu Presidente e Secretários, *“pela forma escorreita e esclarecida como conduziu os trabalhos (...) mesmo nos momentos mais tensos e nervosos, que os houve, como era sabido.”* Destacou a figura de Francisco Andrade que se despedia das lides autárquicas, *“um universo onde pontificou como poucos, e do qual se retira de consciência pacificada porque o seu trabalho, ancorado no interesse público, é visível e é palpável. Mais: aquele trabalho é reconhecido por larga maioria e nessa maioria incluo-me eu, que tive o privilégio de, com ele, dar um contributo ao bem-estar dos residentes na Freguesia de Santo António dos Olivais”*.
- Envolveu *“neste abraço amigo e respeitoso”* o Presidente da Câmara Municipal, os Vereadores, os Presidentes de Junta, os Deputados Municipais, os funcionários adstritos à Assembleia Municipal e, por fim, os Jornalistas;
- Avançou com o balanço a que se tinha proposto e observou o panfleto subscrito por Dr. Manuel Machado, em 19 de Setembro de 2017, onde anunciava *“com pompa e circunstância, a sua recandidatura à Câmara Municipal “*. Passou a citá-lo *“Ajudámos a construir uma solução para o Sistema de Mobilidade do Mondego, que em 2021, com o Metro Bus, libertará a cidade do principal constrangimento à sua circulação”* (...) *“Lutaremos ainda, no próximo mandato autárquico, pela transformação do Aeródromo Municipal Bissaya Barreto num aeroporto civil comercial,”* e apreciou por fim *“promessas, portanto, não cumpridas”*. Caracterizou a equipa de Manuel Machado incluindo *“o Vereador da CDU, mais no papel de mordomo zeloso do que fiscalizador interventivo e assertivo”,* que *“convencidos de que (...) a reeleição está garantida”*;
- Apontou como objectivos por cumprir o crescimento da população do concelho; o aumento do emprego, a fixação dos jovens ou que a habitação satisfizesse as necessidades de quem dela carecia. Acusou o Executivo de *“desvaloriza a Oposição, imputando-lhe ausência de propostas, quando as há e de qualidade, isso é que tem sido um entrave a um desejado desenvolvimento do Município”*;
- Assumiu a vontade de mudança no relacionamento quer com os munícipes quer com as forças políticas da Oposição e apresentou José Manuel Silva, líder da Coligação Juntos Somos Coimbra, como *“motor dessa e de outras mudanças, apostando na humildade, na transparência e no diálogo construtivo e permanente com os conimbricenses, as forças da oposição, os funcionários e trabalhadores do Município”*;
- Esclareceu que o *“salto qualitativo na vida do Município de Coimbra* *“implicava as teses programáticas ao nível do emprego, do desenvolvimento económico, do urbanismo e transportes, da cultura e artes, do turismo, do ambiente e sustentabilidade, da juventude, educação e desporto, da saúde, bem-estar e envelhecimento, da acção social, habitação social, descentralização das freguesias;*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Anunciou a garantia propalada pela Coligação de que as freguesias não seriam discriminadas, teriam competências reforçadas e os meios humanos, técnicos e financeiros correspondentes, justificando inferir que *“os autarcas de freguesia verão (...) reconhecimento de que eram actores fundamentais do poder local democrático e que tinham o estatuto que a lei e a vontade popular lhes confere”*.

Intervenção do deputado municipal Jorge Mendes (CDU): [\(áudio 00:30 a 02:13 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Propôs-se a *“dizer a verdade nos sítios próprios “e denunciou “situações que alguns subservientes de partidos vão deturpando à medida que dá jeito as informações (...) com a intenção de ir criando dúvidas nos mais incautos e nas pessoas de bem, neste caso a minha Freguesia, como é evidente “;*
- Concretizou *“falo sobre a apresentação e aproveitamento político de algumas obras que foram feitas na minha freguesia (...) sobre as quais temos de saber toda a verdade”*, Prosseguiu enunciando a Ponte do Paço, a transição do Centro de Saúde para a Casa da Criança ou o posto da GNR de Taveiro e garantiu *“ todos sabem, não é preciso dizê-lo. que nós não temos nenhuma competência ou obrigação de fazer estas obras, nem sequer temos fundo para isso! O que compete aos presidentes de junta é aferir das necessidades (...) das pessoas que nos elegeram e reivindicá-las”;*
- Seguiu a enumeração com a construção do cemitério no Ameal, o Tapete Betuminoso em Vila Pouca, na Rua Júlio Araújo Vieira, a Iluminação entre Ameal e Vila Pouca e reflectiu *” andámos aqui a reivindicá-las anos, apesar disso não vimos que a Câmara tivesse nenhum interesse até há ano e meio (...) finalmente estas obras foram feitas (...) e sim ! foram, pagas pelo município ”;*
- Reforçou que as obras *“foram feitas, porque foram obrigados por nós, como nos lembramos todos, numa votação do orçamento, em que a Câmara e o PS se obrigaram a fazer estas obras nas freguesias CDU “.* Enfatizou declarando: *“é com esta força reivindicativa da CDU é com a força dos Presidentes de Junta eleitos pela CDU, é com a força do Presidente de Junta de Taveiro Ameal e Arzila, Jorge Mendes, que se conseguiram as obras”*
- Dirigindo-se, por fim, ao Presidente da Câmara e referiu que se a obra avultada da Rua Júlio Araújo não tivesse sido assegurada pela Câmara Municipal, a Junta da União de Freguesias garanti-la-ia *“porque eu me comprometi com muita gente (...) e esta Junta fez uma gestão para que chegasse há 6 meses atrás e tivesse dinheiro para fazer essa obra “.*

Intervenção da deputada municipal Lúcia Santos (CDS): [\(áudio 02:35 a 04:14 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Retomou a questão da petição e declarou que *“o CDS-PP acompanha, naturalmente esta preocupação com a necessidade de uma acção drástica e urgente nesta matéria”*, pesou, no entanto, que *“o CDS-PP lamenta a forma atabalhoada como o processo associado à petição entregue em Março por um grupo de mais de mil cidadãos tem vindo a ser conduzido”*. Passou a explicar, desde logo, porque se tratava de uma iniciativa de cidadãos que *“merecem, devem e, acima de tudo, têm o direito de ser ouvidos, na expressão máxima da democracia” e também porque se apresentava como um tema de tal forma transversal e consensual que “deve merecer a melhor atenção de todos e não arrastar-se em discussões sucessivas que pouco ou nada acrescentam”;*
- afirmou que *“o CDS-PP muito gostaria, por isso, que aqui estivesse a votação da petição, na presença dos primeiros subscritores, e não de um texto alternativo”;*
- Proferiu breves palavras, por altura da sua última participação na Assembleia, *“Posso afirmar com certeza que desempenhei a função da melhor forma que consegui e o tempo me permitiu. Ao fazer parte da cidade desta forma, espero ter-lhe devolvido parte do tanto que ela me deu até aqui. Despeço-me agradecendo aos que a apoiaram (...) e desejando aos que vão continuar e aos que chegarão de novo um excelente mandato. Esta foi a minha primeira experiência como deputada municipal e, como diz a canção: levo-a comigo pra vida”*.

Intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço (PS): [\(áudio 04:44 a 08:46 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Mostrou-se honrado por participar, durante 4 anos, como deputado municipal e em nome da Direcção do Grupo Municipal do Partido Socialista. Almejou, com as suas intervenções, contribuir para minimizar a desigualdade em saúde e condições de vida;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Saudou todos os Membros da Assembleia Municipal, Executivo Autárquico e comunicação social. Particularizou quanto ao Grupo Municipal “*cuja ideologia socialista e solidária perfilhava, formulo votos de sucesso político que traduza mais qualidade de vida para as populações*”. Quanto à Assembleia Municipal enfatizou “*a sua dignidade, a sua representatividade e as suas potencialidades, desejando que o debate de ideias seja frutificador para novas acções de desenvolvimento humano e social, e que as suas Comissões Permanentes sejam consideradas, respeitadas e incrementadas no seu desempenho*”;
- Enalteceu a cooperação entre o órgão deliberativo e a sociedade civil e relatando os trabalhos intensos de consensualização entre a CDU, CpC, PS e CDS-PP em sede de Comissão de Protecção do Ambiente e Ordenamento do Território, relevou a importância das Comissões Permanentes para a valorização da política autárquica.

Intervenção da deputada municipal Isabel García (PS):[\(áudio 09:16 a 14:48 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Remeteu para um texto de opinião da Professora Cristina Robalo Cordeiro, intitulado “*Imagem Nacional de Coimbra*” e citou palavras da autora “*os cidadãos de Coimbra que assinam a Times Magazine tiveram a feliz surpresa de descobrir, na edição em Agosto, uma fotografia panorâmica em duas páginas do pátio da Universidade dominando os verdes campos urbanizados do Mondego, esta imagem não só integra como abre o dossier intitulado “The World’s 100 Greatest Places”*”. Fez uma breve resenha sobre o papel da autora na cidade, incluindo, enquanto elemento do grupo de trabalho de candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura e prosseguiu a citação “*Coimbra com um discreto empurrão da sombra mediática de Lisboa, Porto, Évora e Funchal, Braga e Aveiro e todas as outras (...) extraordinário golpe de sorte a Candidatura ao título de Coimbra Capital Europeia da Cultura 2027 se viu assim destacada de um modo tao oportuno a semanas da entrega do Dossier que decidirá em parte do futuro da candidatura.*” Convidou os presentes a lerem o artigo na íntegra e terminou de citar “*Coimbra europeia, Coimbra digna de confiança e dos investimentos dos europeus é, com efeito, uma das greatest places in the world e não somos nós que o dizemos*”. Agradeceu, por fim, o contributo da Câmara Municipal e do Grupo de Trabalho *Coimbra Capital Europeia 2027* e reflectiu “*que muito nos tem orgulhado!*”;
- Relembrou o 42º aniversário do Serviço Nacional de Saúde e defini-o como “*uma das maiores conquistas da democracia portuguesa (...) tendo -se revelado de vital importância, também, na pandemia que nos assolou*”. Orgulhosamente, mencionou os seus fundadores António Arnaut e Mário Mendes e terminou fazendo o convite para a comemoração da data;
- Agradeceu a oportunidade de estar presente ao longo dos anos e reforçou as palavras de respeito e homenagem ao Professor Norberto Pires e pela Irmã Teresa Granada.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):[\(áudio 15:13 a 20:25 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Reconheceu e confirmou “*a confissão que veio aqui fazer o Senhor deputado Nunes da Silva do Movimento Somos Coimbra dizendo acabámos este mandato mais completo do que o iniciámos*”;
- Retomou os aspectos referidos pelo Deputado Nunes da Silva e Francisco Rodeiro relativamente ao Metro Bus e Aeroporto “*já há muito tempo que o PS percebeu que o Somos Coimbra acompanhado do PSD (...) nunca quiseram essa infraestrutura na região de Coimbra. Hoje é aplaudida por todos os presidentes de Câmara da nossa região “(...) “o Metro Bus está em execução, está a andar!”*”. Relembrou que o concurso tinha sido impugnado pelo empreiteiro o que implicou alguma morosidade, mas antecipou a construção de uma “*estação moderna*”;
- Rebateu a argumentação de Nunes da Silva quanto às reuniões nas sedes das juntas de Freguesia “*em plena pandemia o seu Grupo, os seus Vereadores não quiseram sequer reunir na Câmara, quanto mais nas Freguesias*”;
- Contrapôs as afirmações relativas à transferência de verbas para as Freguesias referindo que transferiam, actualmente, para as Freguesias “*mais do dobro do que o governo PSD “tinha transferido;*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Questionou o deputado Nunes da Silva quanto à comunicação social *“proibiu, tem uma deliberação nesse sentido, dos órgãos de comunicação social assistirem às reuniões de Câmara não estarem sequer lá presentes, pois isso aconteceu, está em acta! O PS chegou a impugnar isso em tribunal, sabe disso?”*. Contrastou com as deliberações do PS publicadas online e publicitadas nos jornais da cidade *“e os órgãos de comunicação social têm pleno assento e toda a transparência nas reuniões da Câmara Municipal”*.

Intervenção do deputado municipal João Pinto Ângelo (CDU) : [\(áudio 20:55 a 37:53 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Concentrou-se nas opiniões e questões relativas ao documento resultante da Comissão de Protecção do Ambiente de forma a esclarecê-las. Alertou para parte da petição que se encontrava vertida na resolução proposta a votação;
- Relatou que a Petição, datada de 19 de Março, tinha chegado incompleta solicitando, assim, as melhores diligências para a sua remissão integral. Afirmou que *“entre Março e Junho a Comissão de Protecção do Ambiente não teve nada a ver com isto”*. Avançou ao dia 28 de Junho, com a apresentação da Moção do CpC, que passou a citar *“proceder à análise da petição e consensualização de uma proposta a submeter à discussão e aprovação desta Assembleia”*, induzindo, *“ou seja, o Mandato da Comissão de Protecção do Ambiente era este”*. Reforçou com o Ponto 4 que mencionou *“não sendo possível o consenso se discutiria a Petição”*. Prosseguiu até início de Julho, quando, atendendo aos limitados prazos de discussão, *“porque iríamos entrar de férias e iríamos ter eleições a 26 de Setembro o que tornaria isto ainda mais urgente, tomei a liberdade de fazer um texto que facilitasse a discussão (...) o único texto que me veio em feedback foi uma proposta do partido socialista”*. A 29 de Julho baixaram as propostas à Comissão e *“depois de haver muita insistência numa reunião presencial ela realizou-se!”*;
- Denunciou *“alguma omissão de participação entre a Assembleia de 28 de Junho e 29 de Julho (...) a não ser o PS que trouxe uma nova resolução introduzindo um factor novo que não estava em discussão previamente, a existência do PMAC que iremos depois avaliar”*;
- Referiu-se ao deputado Serafim Duarte que tinha proposto a introdução do excerto que passou a ler: *“embora a Terra tenha vindo a conhecer ao longo da sua História várias alterações climáticas resultantes das dinâmicas da sua própria evolução, as alterações que hoje sentimos e evidenciamos resultam, sobretudo, da actividade humana, do modo de produção e consumo assente na exploração exhaustiva de recursos naturais, na sob produção, no desperdício e no hiperconsumismo”*. Apreciou *“aquilo que eu leio aqui, meus caros, lapso meu, mas está perfeitamente integrado na proposta de resolução, basta lerem e eu considero que aceitar uma proposta destas era perfeitamente redundante”*;
- Certificou que a proposta de *“Declaração de Emergência Climática”* *“não tinha sido aprovada por nenhuma das forças políticas presentes no debate”* e que *“todas as outras pretensões dos cidadãos estão ipsis verbis na resolução”*.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

- Agradeceu a intervenção do Presidente da Comissão de Protecção do Ambiente e Ordenamento do Território para esclarecimento de dúvidas, encerrando, assim, o processo e propondo-o a votação;
- Dirigiu-se ao Deputado Municipal Serafim Duarte elucidando-o que *“o regimento o que diz é que quando a honra de um deputado seja posta em questão por qualquer intervenção (...) deve ter direito, digamos, a limpar a sua honra. Agora tinha 4 minutos, nós demos-lhe 7 minutos (...) agora quer falar sobre o fundo? não pode falar sobre o fundo! só pode falar se disser aqui o Senhor Deputado Pinto Ângelo de alguma forma o pôs em causa ou o ofendeu, não me parece que seja o caso”*. Recomendou ao Deputado Serafim Duarte que interviesse no Ponto 2 da Ordem de Trabalhos;
- Acompanhou as palavras do Presidente da Comissão *“o que se vota numa resolução não é a exposição de motivos (...) o que se vota é a parte conclusiva que aqui está expressa em 4 Pontos”*.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

"Alterações Climáticas".

A proteção e a salvaguarda da natureza e do ambiente são uma prioridade e exigência para o nosso tempo.

À iniciativa de cerca de um milhar de cidadãos, fazendo chegar a esta Assembleia Municipal de Coimbra uma petição visando a urgência de medidas e ação dos poderes municipais de combate ao agravamento da situação, esta Assembleia não poderia deixar de responder em consonância.

As alterações climáticas, ainda que expressão da continuada evolução do planeta são, simultaneamente, resultantes da intervenção humana influenciada pela ação individual, mas sobretudo, pela forma de organização da sociedade e pelos critérios que a condicionam.

A poluição atmosférica e hídrica, a destruição da floresta e a agricultura intensiva, são resultado da organização socioeconómica que impõe a utilização desequilibrada dos recursos naturais, sem qualquer relação com a satisfação das necessidades da população mundial, que impõe a sobreprodução e o desperdício, o consumo exagerado e a crescente transferência dos custos ambientais para as populações, penalizando sobretudo as camadas da população mais pobres.

As naturais preocupações ambientais não podem permitir que se fomentem negócios especulativos, como o mercado do carbono, que tornam a poluição um negócio de muitos milhões, tornando mais barato poluir do que investir em tecnologia de redução das emissões para a atmosfera, urgindo agir e adotar medidas no sentido da proteção da natureza, do equilíbrio ambiental e ecológico.

Defender o ambiente e a natureza exige a adoção de medidas de reforço dos meios do Estado para desenvolver uma verdadeira política de defesa da natureza, colocando os recursos naturais do País ao serviço do desenvolvimento nacional.

Exige, ainda, o desenvolvimento de alternativas energéticas de domínio público, o reforço do investimento no transporte público, elétrico, no sentido da promoção da sua gratuitidade e do alargamento da sua oferta em detrimento do transporte individual; a aposta na eficiência energética das habitações e dos edifícios e equipamentos públicos ou privados; a eficiência na utilização da água, bem como o evitar da proliferação de monoculturas intensivas que degradam os solos e consomem grandes quantidades de água; o investimento na investigação e desenvolvimento com vista à diminuição da dependência de combustíveis fósseis e à defesa da produção local.

A nível nacional, a política climática deve ter como ponto de partida a Estratégia Nacional para Adaptação Às Alterações Climáticas 2020 e o Programa de Ação para a Adaptação Às Alterações Climáticas (P-3AC), com o objetivo de reduzir em 55% as emissões de gases com efeito de estufa até 2030.

O Programa Municipal para as Alterações Climáticas (PMAC) aprovado na reunião de 22 de março de 2021, do executivo municipal, define três objetivos fundamentais: implementar medidas de mitigação e de adaptação às alterações climáticas, aumentar a capacidade adaptativa e de resposta aos eventos climáticos extremos, reforçar a governança com o envolvimento da sociedade na política municipal de combate às alterações climáticas.

Por estas razões e tendo em consideração a legítima preocupação que várias centenas de cidadãos aqui fizeram chegar, a Assembleia Municipal de Coimbra, recomenda ao atual executivo municipal, bem como àquele que vier a resultar das eleições do próximo dia 26:

- 1. Que a Câmara Municipal, em estreita colaboração com as juntas de freguesia, forças vivas e agentes económicos do concelho, se comprometa através de um amplo processo de discussão e participação, a reduzir a sua própria pegada de carbono alocando os recursos necessários à real e efetiva concretização do PMAC, com objetivos quantificáveis, monitorizados e ajustados;***
- 2. Que a execução do PMAC seja ancorada num ordenamento urbanístico apostado na reabilitação urbana e adaptação energética dos edifícios, em políticas de valorização dos transportes públicos, em políticas de defesa da água pública, na promoção da produção local, na gestão pública e reforço dos meios do estado nas matas nacionais e áreas protegidas.***



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

3. *A Assembleia Municipal de Coimbra recomenda, ainda, a cooperação com outros municípios da região, aproveitando os estudos existentes e a realizar e as contribuições resultantes dos processos de discussão, através de uma estratégia conjunta da CIM (Comunidade Intermunicipal) da Região de Coimbra, neste desígnio de reduzir a pegada carbónica, de modo a atingir a neutralidade carbónica na nossa região.*
4. *Por fim, a Assembleia Municipal considera fundamental que a futura Lei de Bases do Clima, em discussão na Assembleia da República, sem esquecer a responsabilidade primordial do Estado central e dos seus organismos, clarifique e reforce as competências, o nível de intervenção e o financiamento das autarquias, estruturas cuja elevada capacidade de intervenção à sua escala, podem implementar de forma mais eficaz, políticas públicas locais de combate às alterações climáticas, aumentar a descarbonização e a resiliência dos seus territórios, reduzir as vulnerabilidades dos eventos climáticos extremos e aumentar a capacidade adaptativa de forma célere.*

Deliberação nº 29/2021

A Assembleia Municipal deliberou, por *maioria*, com 47 votos a favor e 2 abstenção e sob proposta da Comissão de Proteção do Ambiente e do Ordenamento do Território, datada de 3 de Setembro, aprovar, a **Proposta de Resolução - "Alterações Climáticas"**.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Declaração de Voto do deputado municipal Serafim Duarte (CpC) : [\(áudio 41:55 a 43:53 minutos - 2ª gravação\)](#)

→ Reforçou a abstenção que tinha deixado expressa nos trabalhos da Comissão aquando da proposta de resolução comum *“afirmar que as alterações climáticas que vivenciamos são mais obra do Senhor . Barack Obama e do Dr. António Guterres (palavras deles estão gravadas) exprime realmente o mais profundo negacionismo intolerável! ignorar o Painel Intergovernamental sobre as alterações climáticas que reúne os melhores cientistas mundiais sobre a matéria (...)”*

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

→ Retirou a palavra ao Deputado Serafim Duarte por ter esgotado o tempo que lhe estava adstrito.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara:

- Desejou *“saúde, boa saúde para todos”* e saudou todos os autarcas os órgãos Assembleia Municipal, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia que *“tiveram um trabalho dedicado, um trabalho profundo e diria mais, um trabalho intensivo e interessado”*;
- Assumi que a informação da Câmara Municipal tinha sido distribuída aos Membros da Assembleia e, *“por poupança de tempo e como há temáticas muito importantes agendadas (...) eu concluo aqui esta minha primeira intervenção”*.

• Grupos Políticos

Intervenção do deputado municipal José Simão (PSD) : [\(áudio 46:46 a 52:15 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Retomou as suas palavras na última Sessão quando tinha questionado sem sucesso o relatório financeiro e, no seguimento, apreciou o corrente *“ou muito me engano ou a Câmara está mesmo falida, se não vejamos: tem 15 milhões disponíveis, mas tem 36 milhões de dívidas a terceiros. Dos 5 milhões de Juntas nem sequer fala em obras, nem sequer fala nesse dinheiro que deve às Freguesias. Está claro que só as freguesias do PSD (...) é que se queixam! Depois 5 milhões em operações de tesouraria, o fundo de emergência social ainda não chegou, mas, no entanto, vejo muita propaganda na freguesia como o exemplo dos transportes”*;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Questionou se os emails, com solicitações e pedidos, endereçados ao Presidente da Câmara eram recepcionados *“conhecendo eu há cerca de 40 anos o Presidente da Câmara há coisas que eu acho que ele não deixava passar em branco”*;
- Informou que, face à derrocada nas escadas do Sobral Cid, tinha diligenciado os meios para solucionar o problema, mas, no entanto, responderam-lhe que *“a terra é do privado”*. Quando alvo de manifestação popular, assumiu ter mostrado todos os documentos remetidos à Câmara Municipal sem resposta.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU) : [\(áudio 52:36 a 57:29 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Respondeu *“com amizade “ao Deputado Francisco Rodeiro “pelos desejos que nós vemos desde há muitos anos nos jornais, nenhum de nós devia estar aqui (...) nem acho que aquela frase “basta com os comunistas “deva ser retirada o que me dá alegria é que já podemos escrever “25 de Abril sempre, fascismo nunca mais”*”;
- Mostrou-se confortável com coligações e afirmou *“se fosse preciso fazer uma aliança com o diabo para as crianças terem melhores refeições, se isso também significasse que tivéssemos melhores cuidados de saúde para a nossa terra (...) e se a valorização dos SMTUC estivesse também estaríamos (...) na cultura nós também estaríamos (...)”*. Indicou como linha de acção *“participar naquilo que nós acreditamos ser o melhor para o nosso povo”*.

Intervenção da deputada municipal Lúcia Santos (CDS) : [\(áudio 58:06 da 2ª gravação a 00:20 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Saudou as palavras do Presidente da Câmara *“está ciente dos desafios necessários para transformar a cidade num Pólo empresarial e que está ciente de que o mundo académico tem ajudado a promover um clima empreendedor”* e lamento, na mesma entrevista, ler que *“há uma postura de estímulo ao high tech e ao high ferrugem”*. e comentou *“primeiro ficamos sem saber muito bem o que entender destas palavras, mas rapidamente percebemos que revelam a impreparação para gerir a nossa cidade e a habitual total ausência de visão estratégica para posicionar Coimbra como um território apetecível e competitivo na captação de investimento produtivo.”*;
- Denunciou a subsistência de *“ausência de noção de posicionamento estratégico do ecossistema de inovação e empreendedorismo como factor determinante para caminharmos no rumo da captação de investimento produtivo sustentável, da criação de emprego jovem altamente qualificado e de uma maior prosperidade que convertesse Coimbra na cidade que o CDS-PP Coimbra defendia e preconizava há muito;*
- Informou que continuavam perante um desconhecimento profundo da realidade, das características e da identidade do ecossistema de inovação e empreendedorismo de Coimbra (cidade e região), assim como de todo o contexto local, nacional e internacional. Continuavam sem perceber que Coimbra se deveria posicionar para ser uma das cidades europeias de média dimensão mais vibrantes e competitivas do ponto de vista da inovação e do empreendedorismo e que deveria estar a competir com Cambridge (no Reino Unido), Delft (na Holanda) ou Heidelberg (na Alemanha) e não ser o Silicon Valley português. Falar com muitas pessoas e organizações nem sempre era sinal de que se estava a assimilar fosse o que fosse;
- Concluiu que terminava por isso como tinha começado. Quando não sabiam para onde queriam ir, qualquer caminho era bom.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 01:31 a 17:46 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Reforçou as palavras elogiosas que tinha dedicado à *Mesa*, aquando da despedida do 1º Secretário, Francisco Andrade, na Sessão anterior;
- Informou que há quatro anos, tinha dito ali, em jeito de despedida e balanço dos trabalhos daquela Assembleia Municipal, em vésperas também de fim de mandato e de novas eleições autárquicas, que tinha sido um privilégio ter convivido com os Senhores deputados, os líderes das respectivas bancadas da oposição. Disse então que todos tinham sabido viver democraticamente, sempre intervindo de forma intensa, mas valiosa ao serviço de Coimbra e com enriquecimento daquela Assembleia Municipal;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Não poderia ali, dizer à oposição, o mesmo, porque os seus primeiros líderes se tinham ido embora. Todos sabiam porquê!
- Relativamente à intervenção da Deputada Municipal Lúcia Santos quando utilizou a frase “*Adeus até um dia*” tinha-a interpretado como um repecto de mágoa e de injustiça;
- Tinha acontecido que, logo no início do mandato por aqueles a findar, o Movimento, dito independente da direita, autodesignado Somos Coimbra, tinha-se reclamado a “*única verdadeira alternativa ao PS*”. Os líderes da bancada do PSD e do Somos Coimbra naquele percurso, incomodados tinham batido com a porta, em protesto;
- Tinham percebido naquela altura de há quatro anos para cá, que aquele Movimento, não iria ser alternativa a nada, muito menos ao PS e estava ali para aniquilar e absorver o PSD. O seu líder, José Manuel Silva, apossado de um delírio populista, intervenção após intervenção, pouco a pouco, pródigo de retórica, honra lhe fosse feita, tinha-se transformando numa vedeta mediática, recorrendo sistematicamente à propaganda do momento, à demagogia política, revelando que Coimbra não era o seu bem, a sua praia. O que lhe importava era afastar o PSD, afastar Manuel Machado e apresentar-se como o grande líder de um Movimento contra o PS e o seu programa de “*Valorizar Coimbra*”;
- Naquele percurso, “*bicada aqui, bicada ali*”, mostrando o seu favoritismo por autarcas desligados dos Partidos tinha destroçado o PSD, absorvendo-o, tirando-lhe a sua razão de ser e o papel que poderia e deveria desempenhar a favor da população e de Coimbra. A oposição da direita, assim comandada pelo Somos Coimbra, tinha-se transformado numa força política, de contra corrente, de contravapor, de pau na roda, tudo fazendo para obstar ao desenvolvimento e valorização de Coimbra. A obra estava à vista! Tinha sido, pois, a oposição do PSD, do CDS, do Somos Coimbra, naquela Assembleia uma força de bloqueio contra Coimbra, tudo fazendo para obstaculizar ao trabalho. Foi perante aquilo, que tinham compreendido que o líder da bancada do PSD, o Dr. Nuno Freitas, e a líder da bancada do Somos Coimbra, a Dr^a Filomena Girão saíssem daquela Assembleia Municipal, batendo com a porta, não se comprometendo com o líder do Somos Coimbra, naquele seu percurso de alcançar o poder a qualquer custo. Se o Presidente, Manuel Machado e a Câmara, tinham deliberado formar a Comissão da Candidatura de Coimbra “*Capital Europeia da Cultura — 2027*”, logo o Somos Coimbra, na pessoa do seu líder tinha sido contra, porque não tinha querido integrar tal Comissão, ao contrário do líder do PSD, o Dr. Nuno Freitas e do líder do CDU, o Dr. Manuel Rocha. Ao Dr. José Manuel Silva não lhe aproveitaria o êxito daquela candidatura e da designação de Coimbra para “*Capital Europeia da Cultura 2027*” Se o Presidente, Manuel Machado, tinha decidido que a Câmara tinha de ir para a linha da frente, no combate à pandemia do Covid-19, trabalhando sem medo numa época em que a morte ameaçava as vidas, o Somos Coimbra, o seu líder, contra os interesses da população de Coimbra tinha querido reunir “*online*”, à distância, longe das pessoas e dos seus problemas. Se o Presidente, Manuel Machado, a Câmara, tinha querido pôr o projecto do Metro bus em andamento, o Somos Coimbra, o seu líder, contra os interesses da população de Coimbra tinha querido colocá-los a discutir tudo de novo, para que nada fosse feito. Se o Presidente, Manuel Machado, a Câmara, tinha querido desassorear o Rio Mondego, criar melhores níveis de navegabilidade do lençol de água, logo o Somos Coimbra, o seu líder, contra os interesses da população de Coimbra, “*aqui D’el-rei, aqui D’el-rei*”, porquê? Não sabia! Se o Presidente, Manuel Machado, a Câmara, tinha querido cuidar, recuperar e estabilizar os paredões das margens do Mondego, logo o Somos Coimbra, o seu líder, contra os interesses da população de Coimbra, “*ai Nossa Senhora, ai Nossa Senhora*”, nem sabiam bem porquê. Se o Presidente, Manuel Machado, a Câmara, tinha querido abrir a Via Central, logo o Somos Coimbra, o seu líder, contra os interesses da população de Coimbra, “*ai, Jesus, ai Jesus, não podia ser assim, não podia ser assim*”. Se o Presidente, Manuel Machado, a Câmara, queria dar existência a uma inexistência para a região de Coimbra, uma infraestrutura aeroportuária, logo o Somos Coimbra, o seu líder, contra os interesses da população de Coimbra, vem e diz “*ai, ai, Nosso Senhor nos valha*”, ao ponto de numa reunião de Câmara vir brincar com um avião de papel. Para o líder do Somos Coimbra, um dos grandes problemas da região, eram tratados a brincar. Se o Presidente, Manuel Machado, a Câmara, anunciava o concurso público para a Nova e Moderna estação ferroviária de Coimbra-B, logo, o Somos Coimbra, o seu líder, contra os interesses da população de Coimbra, vinha e dizer “*isso não, isso não, por que assim, por que assado*”. Aquela oposição da direita, toda junta, que tinha aniquilado o PSD não tinha luz dentro de si, nem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

destino algum que pudesse se vir Coimbra. E se quisessem cogitar uma proposta só, concreta dita estruturante do Somos Coimbra e do seu líder para a cidade, lembravam-se apenas daquele disparate de querer destinar dez milhões de euros anuais para a promoção da candidatura a “*Capital Europeia da Cultura-2027*”. E qual seria a consequência? No outro dia, fechava a porta da Câmara e não pagavam aos seus trabalhadores? Voltavam à política do endividamento com que o PS em 2013 tinha recebido a Câmara de mais de 70 milhões €? Do desequilíbrio financeiro? Estavam seguros de que aquela direita a governar de novo, voltava a aumentar as taxas dos impostos que o PS tinha diminuído para o mínimo possível, ou o preço da água e dos transportes. Iriam desinvestir novamente nos SMTUC de forma a entregar aos privados os transportes colectivos das populações. Deixariam de assumir o custo social dos transportes. Os 4 passes escolares deixariam de ser gratuitos. O tarifário dos transportes iria aumentar, etc., etc. Era afinal para fazer esta gestão desastrosa que se tinham juntado os Partidos de direita sob a liderança do Somos Coimbra, para impedir o progresso colectivo dos cidadãos de Coimbra. O PS sabia por onde queriam ir, e não era por ali! A gestão do PS era valorizar Coimbra, era valorizar as pessoas. Na luta contra a pandemia tinha-se feito o que havia de melhor do mundo. Os conimbricenses estavam vacinados e no domingo próximo ir-se-iam libertar da máscara na rua. Podiam encerrar o Centro de Vacinação no Pavilhão Mário Mexia. Tinham sido quatro anos, em que a oposição de direita, naquela Assembleia Municipal liderada pelo Somos Coimbra, tinha passado a vida a dizer mal de Coimbra, apoucando-a, querendo a todo o custo desrespeitá-la e ao mesmo tempo procurar impedir a acção de “Valorizar Coimbra”. Tudo em nome de uma ambição pessoal que não a ambição, do melhor para Coimbra. O que tinham assistido daquela oposição de direita tinha sido a promoção de projectos pessoais, alimentados por propaganda tosca e gratuita, e opinião cínica, agora finalmente, “Juntos Somos Coimbra” e não à promoção dos verdadeiros interesses de Coimbra. Mas, apesar de tudo, apesar de uma oposição assim, de pau na roda, a gestão do PS, tinha sido reconhecida pela prestigiada revista mundial TIME, ao eleger Coimbra um dos melhores destinos mundiais, assim tributando o mérito ao grande trabalho feito naqueles últimos oito anos por Manuel Machado e pelo PS. Por isso o seu mandato iria ser renovado e reforçado;

- Terminou afirmando que por tal razão, desejava ao antigo Presidente da AAC, seu colega de bancada, José Dias, da lista do PS para a Câmara, as maiores felicidades no desempenho das suas novas funções, no futuro Executivo da Câmara, assim como ao seu colega de bancada, Hernâni Caniço, médico de família, medalha de mérito da Ordem dos Médicos, com competência na gestão de serviço de saúde, 6º na lista do PS e que iria integrar o futuro Executivo da Câmara, naquelas novas funções, os maiores êxitos no cumprimento da sua nobre missão, difícil e de grande responsabilidade: prover à saúde dos conimbricenses, num tempo difícil de pandemia.

2. Estratégia Municipal de Saúde;

Vide: https://www.cmcoimbra.pt/content/uploads/2021/09/AF_EMS_Plano_Municipal_Saude_Digital.pdf

Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC): (áudio 00:01 a 03:56 minutos - 3ª gravação)

- Declarou que na sequência do que haviam considerado para o Perfil apresentado em Março, tinham ali um bom instrumento estratégico, francamente melhor do que estavam habituados, comprovando as enormes vantagens das parcerias com a Universidade. Queriam deixar o seu apreço à equipa responsável, pelo processo e pelo resultado. Viam ali refletidas muitas das suas preocupações e das suas ambições, nomeadamente o alargamento do conceito de saúde e a sua esfera globalizante de todas as políticas, a interligação com a qualidade e a sustentabilidade do viver e a componente participativa dos cidadãos como elemento de saúde individual e coletiva. No entanto, queriam deixar alguns apontamentos: embora a equidade no acesso a cuidados de saúde fosse uma preocupação que aparecia em diversos momentos no documento, o facto de não ter sido pensado como eixo prioritário deixava-lhes algumas reservas;
- Naquele sentido, a meta de reduzir a população residente sem médico de família parecia-lhes pouco; seria assim tão difícil garantir médico de família a toda a população? E ali tinham também uma clara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

distorção, pois não era só com médicos que se garantiam os cuidados de proximidade - e os enfermeiros? Seria mais correto pensar em equipas de saúde familiar. Por exemplo, quando na meta da literacia em saúde se avançavam com acções para as escolas, parecia não se ter reparado que aquele trabalho era já feito, e bem feito, pelos centros de saúde, no âmbito do Programa de Saúde Escolar; o que lhes faltava eram os recursos humanos para cobrir melhor as necessidades, nomeadamente enfermeiros;

- Informou que no Eixo 1 tinham, e muito bem, os objetivos de aumentar a utilização do transporte público e as formas de mobilidade suave, incluindo a bicicleta; parecia-lhes que em vez de um Programa de Comboios de bicicletas, só aplicável em zonas restritas, seria muito importante implementar acções de conscientização sobre condução preventiva e segura, de forma a que os ciclistas não fossem encarados como um estorvo; para o uso dos transportes públicos, parecia-lhes também que seria necessário pensar em estímulos económicos directos para o consumidor;
- Deram conta, pois, de uma preocupação excessiva em criar planos e acções, dependentes de mais planos e grupos, percebendo-se o risco de entropia e de surgimento de mais agentes dependentes do Município, consumindo recursos no planeamento em vez de os canalizar diretamente para o terreno; finalmente, a boa parceria com as instituições de ensino superior na construção daquele documento não aparecia continuada na própria Estratégia, com a articulação concreta na implementação das acções e no aproveitamento dos recursos humanos, por exemplo, através da extensão da formação dos profissionais de saúde;
- Terminou afirmando que esperavam que o povo de Coimbra escolhesse bem um Executivo que lhes desse uma governança saudável, disposto a valorizar e a implementara aquele Plano, de forma que não viesse a servir apenas de enfeite, como muitos outros.

Intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço (PS): [\(áudio 04:41 a 10:39 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Cumprimentou e felicitou a Professora Dr^a Paula Santana pelo seu trabalho;
- Declarou que o Plano Municipal de Saúde, integrado na Estratégia Municipal de Saúde de Coimbra, elaborado pelo Executivo autárquico, era uma pedrada no charco quanto ao “*status quo*” e à intervenção autárquica na área da saúde em Coimbra, e devia ser não só aprovado, mas louvado pela sua metodologia e conteúdos, verdadeira simbiose entre a democracia participativa e a democracia representativa. E não falava de cor, pois além da sua qualificação profissional que, salvo melhor opinião, não deveria ser desprezada, tinha tido a oportunidade de participar como “*stakeholders*” e como cidadão, nomeadamente na identificação de problemas e necessidades em saúde, na “*Web-Delphi*” de priorização de problemas, no inquérito “*Saúde e Bem-estar no Município de Coimbra*” e na Sessão participativa na freguesia de Santo António dos Olivais. Saudava a visão inovadora do Executivo Municipal, que valorizava a promoção da saúde e a prevenção da doença, para além da prestação de cuidados de saúde curativos e de reabilitação, mantendo a equidade em saúde, expressa naquele Plano, com 6 eixos de intervenção, 16 objetivos estratégicos, 41 linhas de acção estratégica e 94 ações de intervenção municipal. Estava assim materializado, de forma concreta, o que fazer para mais e melhor saúde para Coimbra, não adiar o que era inadiável, e não falar por falar para entreter eleitores, doentes e cuidadores. E porque as palavras também eram valorizadas, a título de exemplo, não podia deixar de ressaltar, no Eixo 3, Cuidados de Saúde de Proximidade, o compromisso de elaboração da Carta e Plano Municipal de Equipamentos de Cuidados de Saúde, e a prometida: “*articulação com a ARS Centro para aumentar a cobertura de médicos de família no município*”, bem como: “*a articulação com a ARS Centro na definição de soluções adequadas à prestação de cuidados de saúde de proximidade em todas as freguesias*”. Esperava que aquela estrutura oficial intermédia em saúde assumisse a sua função e o modelo organizacional que o permitisse, tendo a Câmara Municipal de Coimbra como o representante e o defensor dos interesses legítimos das populações, nomeadamente na criação e retoma de Apoios de Saúde em freguesias que deles careciam. E, por não despendendo, ressaltava também no mesmo Eixo: “*Articulação com a ARS Centro e Ministério da Saúde e participação ativo no processo de decisão da localização e construção da nova Maternidade de Coimbra*”. Citou ainda a “*Articulação com a ARS Centro e Ministério da Saúde e participação ativa no processo de reestruturação d do Hospital Geral Covões*”, que, conforme posições públicas dos órgãos autárquicos de Coimbra e forças vivas da cidade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

e Região, significaria a retoma do Hospital Geral Central dos Covões, com Serviço de Urgência Polivalente;

- Acreditavam que, brevemente, haveria a apreciação da Assembleia da República e uma decisão governativa final sobre o Hospital Geral Central dos Covões e sobre a nova Maternidade, que agradasse a Coimbra e servisse as pessoas de Coimbra e da Região. A monitorização e avaliação do Plano Municipal de Saúde, com as suas metas e indicadores, e a avaliação da execução das ações, davam-lhes a garantia da credibilidade do processo e conteúdos, a confiança na prestação do serviço público que era assumido, e o sucesso dos seus resultados e ganhos em saúde, não podendo ser frustrados por quaisquer obstáculos vindos de quem não procurasse apenas o mais importante: *a saúde e o bem-estar da população de Coimbra*.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU) : [\(áudio 10:59 a 16:36 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Felicitou a Professora Paula Santana pelo trabalho realizado e pela sua apresentação que *“está a falar para principais interessados na questão aqui lhe foi colocada”*
- Assumiu *“não sabemos como é que se vai levar a cabo um plano tão ambicioso e tão construído com base numa descentralização de competências de que ainda não são claros os recursos que serão disponibilizados”*;
- Elencou as temáticas abordadas habitação, transportes, organização do território, educação *“um conjunto muito grande de funções que são funções do Estado (...) estamos perante uma tarefa gigantesca que tem constrangimentos de princípio”*;
- Referiu a Aces Baixo Mondego como *“um problema muito grande, aquilo que estamos a assistir é à concentração (...) que destitui os próprios organismos locais de poder resolver os problemas de mudança de fechoadura”*. Prosseguiu com a fusão hospitalar *“foi sendo destituído o hospital dos covões (...) de todas as suas valências, foram destruídas equipas inteiras (...) depois foi destituído o horário noturno da urgência hospitalar”*. Seguiu com as Maternidades em Coimbra *“maternidades cujas condições materiais e humanas não são consentâneas com uma cidade como a nossa (...) construção da nova maternidade no espaço do Hospital dos Covões (...) não há resposta, há silêncio absoluto dos governos relativamente a uma tal opção. O acolhimento da nossa opinião, que é quase unanime, não tem qualquer tipo de resposta”*. Observou que *“existem hoje em Coimbra doentes mentais que não têm qualquer tipo de acolhimento de unidades de saúde mental e isto é um problema da nossa sociedade”*. Concluiu que o sistema de organização de saúde *“vem sendo desorganizado ao longo dos tempos e não tem, resultado, obviamente, neste plano”*;
- Declarou que a CDU abster-se-ia de votar *“porque este plano é um plano que está feito com cabeça, tronco e membros, mas falta-lhe ainda (...) a proposta política e é na proposta política que há concretização dos planos”*.

Intervenção do deputado municipal Jorge Mendes (CDU): [\(áudio 16:57 a 20:47 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Informou que aquele plano tinha sido ali muito bem-apresentado. Era um excelente trabalho, que louvava não só a Universidade, mas também toda aquela equipa;
- Declarou que o seu pedido de intervenção, se prendia com a saúde e a oferta dos seus cuidados à população da sua União de Freguesias e, também à Ribeira de Frades. Falava-se muito em resiliência, mas era o que aquelas pessoas tinham tido ao longo do tempo! Resiliência e paciência! Nunca tinham sido bem servidos. Numas alturas, eram as instalações, noutras a falta de médicos, noutras, os médicos eram formados em Coimbra e depois não queriam lá ficar. Enfim! Uma panóplia de razões para o mau serviço ao longo de muitos anos. Mas, afinal, não estavam assim tão mal, ou estavam menos mal. Agora não tinham mesmo nada!!! A seu tempo, tinha reivindicado à ARS e ao Diretor dos Centros de Saúde Dr. José Luís Biscaia a reabertura urgente e o atendimento às pessoas na extensão de Taveiro que tinha fechado devido ao Covid;
- Tinha-o feito em reuniões no Centro de Saúde e também tinha abordado aquela necessidade no seio do Conselho Municipal de Saúde, enquadrando o assunto no seguimento de reuniões já havidas, e na disponibilidade das Juntas envolvidas para apoiar essa pretensão, contratando eles algum pessoal auxiliar. Quanto àquele assunto, nunca houve qualquer resposta concreta, e a Câmara de Coimbra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

também nada tinha feito, nem nunca os tinha ajudado naquela pretensão da reabertura. As pessoas da sua freguesia não podiam esperar mais nem aceitar a justificação da abertura do Centro de Saúde na Casa da Criança, pois aquela hipótese que muito lhes agradava e ansiavam ainda levaria muito tempo e uma coisa não implicava nem impedia a outra. Face ao exposto, solicitavam ao Presidente da Câmara que naquela estratégia que lhes era apresentada, incluísse uma intervenção urgente junto da ARS para os ajudar a solucionar aquele problema. Queremos o atendimento em Taveiro, mas já;

- Concluiu informando que relativamente ao COVID, ele e a sua União de Freguesias tinham trabalhado sozinhos sem ter indicação e/ou ajuda do Executivo e que após todo aquele tempo todo sem qualquer apoio lhes tinham sido dadas 12.000 máscaras para distribuírem.

Intervenção do Presidente da Câmara:

- Saudou o trabalho tecnicamente desenvolvido pela Professora Paula Santana, Ângela Freitas e a equipa toda. Testemunhou que *“todos deram contributo importantes e válidos que estão plasmados no Plano Municipal de Saúde, que é aliás um excelente Plano de Saúde e fica melhor assumindo o compromisso de integrar a saúde nas políticas públicas municipais”*;
- Recordou que as transferências de competências na área da saúde ainda não tinham sido outorgadas, mas esse facto não tinha servido de impedimento aos autarcas para concretizarem acções em contexto de pandemia;
- Asseverou que *“não desistimos da nova maternidade, não desistimos do hospital dos Covões”* e informou que a Câmara Municipal, no dia anterior, tinha aprovado a adjudicação da antiga Casa da Criança de Taveiro para Extensão do Centro de Saúde, com um investimento de 700 000 euros. Instou *“não desistimos (...) de convencer para a importância da Extensão de saúde de Brasfemes e nas Torres do Mondego”*, lembrando que no estudo antecedente, estes eram os locais mais necessitados. Prosseguiu com o Centro de Saúde da Fernão Magalhães que assistia mais de 30 mil pessoas e que *“finalmente já vemos a construção a crescer, portanto nem tudo está tão atrasado (...) há componentes que têm de ser melhorados e intensificados. Agora, tudo é menos difícil tendo a idoneidade deste documento”*.

2. Estratégia Municipal de Saúde;

Deliberação nº 30/2021

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, por *maioria*, com 42 votos a favor (23-PS; 9-PSD•, 4-SC; 2-CDS-PP; 2-CpC; 1-MPT; 1-PPM) e 6 abstenções (6-CDU), nos termos do nº 2, do artigo 7º, do Decreto-Lei 23/2019, de 30 de Janeiro, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 26 de Julho, *aprovar o Plano Municipal de Saúde de Coimbra que, a par do Perfil Municipal de Saúde, constitui a Estratégia Municipal de Saúde de Coimbra, aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde de Coimbra, em 14 de Julho de 2021.*

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

3. Programa Municipal para as Alterações Climáticas;

Intervenção do Presidente da Câmara:

- Declarou *“aceitem que diga sem vaidade que estes dois trabalhos nos orgulham como autarcas, como cidade em geral”*;
- Aludiu à capacidade limitada de uma autarquia intervir e agir com eficácia, no entanto apresentavam *“o contributo possível da nossa responsabilidade individual e colectiva para um futuro mais sadio”*;
- Informou que a estratégia encetada recomendava a aquisição de transportes públicos a energias renováveis, eléctrica 100%, para serem preteridos os transportes individuais e observou *“ainda não está completamente conseguido, mas vai melhorar (...) com as ecovias”*. Garantiu que a decisão de não aumentar o preço dos transportes públicos tinha sido cumprida e que se encontravam em processo de promoção da integração tarifária, incluindo a Metro Mondego cujas obras estavam em curso. Adiantou a fase de análise da proposta da construção de uma nova estação ferroviária, sendo expectável que estivesse operacional dentro de um ano, a tempo de servir a linha do Metro Mondego e a ferrovia;
- Referiu que sempre que possível investiam em frota municipal eléctrica e estavam a aumentar o número de postos de abastecimento eléctrico. Na mesma senda, nos bairros sociais municipais, a aposta na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

eficiência energética tinha um valor superior a 11 milhões de euros. Divulgou que estavam a aprovar projectos para instalação de equipamentos de produção e energias renováveis no concelho e continuariam a transformar a iluminação pública em dispositivos modernos ilumináveis, lâmpadas de baixo consumo e sistemas de telegestão da iluminação pública através dos sistemas LED. Previu que nos regulamentos de ordenamento do território estavam previstas medidas de sustentabilidade energética dos edifícios. Acrescentou o empenho nas alternativas aos automóveis, incentivando o uso de ciclovias e perspectivando um sistema de bicicletas partilhadas. Garantiu que iam continuar o Plano Municipal de Arborização, com a plantação e substituição de árvores que comprometessem o uso da via pública em segurança. Avançou que estava em fase de implantação a gestão electrónica de recolha de resíduos e da compostagem doméstica de resíduos orgânicos e verdes, neste âmbito, anunciou a revisão do regulamento de recolha e Transporte de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Pública, prevendo incentivos para a combustão de resíduos sólidos domésticos;

- Informou que tinham aderido ao *“pacto dos autarcas para estes objetivos”* e contribuíam para que a Agência de Energia de Coimbra e o Plano de Mobilidade Sustentável, para além de desincentivar ou eliminar o uso de plásticos descartáveis nos serviços municipais;
- Ultimou anunciando o reforço do dispositivo de combate a fogos florestais e rurais, bem como inundações. Observou que, no caso dos fogos, a tripulação já estava instalada no aeródromo municipal Bissaya Barreto abrangendo toda a região centro do país;
- Sublinhou, por fim, que todas as 92 medidas, interligadas, eram importantes e que tinham sido resultado, para além da discussão pública, do trabalho de técnicos municipais que cumprimentou na pessoa de Dr. João Pardal *“porque ele abraçou o desafio que lhe foi feito, juntaram-se os técnicos em equipa e o trabalho que temos em apreciação hoje na Assembleia Municipal é um trabalho asseado, é um trabalho criador de bom ambiente e é um contributo importante para uma cidade melhor”*.

Intervenção do deputado municipal João Pinto Ângelo (CDU) : [\(áudio 38:49 a 42:35 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Aludiu que a poluição atmosférica e hídrica, a destruição da floresta, as agriculturas intensivas eram resultado do modo de produção que impunha a utilização dos recursos naturais de forma desequilibrada e sem qualquer relação com a satisfação das necessidades da população mundial, que impunha a sobreprodução e o desperdício, o consumo exagerado e a crescente transferência de custos para as populações, penalizando sobretudo as camadas da população mais pobres. Tudo vinha sido admitido e imposto em nome do lucro imediato e da concentração da riqueza. Partindo de justas e legítimas preocupações das populações, os grupos económicos e financeiros tinham vistos nas questões ambientais mais uma oportunidade de negócio. Procedia-se à mercantilização e financeirização do ambiente, com criação de novas taxas e impostos ditos verdes penalizando comportamentos individuais das camadas mais pobres da população ou para acentuar a implementação de mecanismos financeiros e especulativos, como o mercado do carbono, que tornavam a poluição negócio em que era mais barato poluir do que investir em tecnologia para reduzir as emissões para atmosfera;
- Informou que defender o ambiente e a natureza exigia a coragem de denunciar as responsabilidades do sistema capitalista na depredação de recursos naturais e a necessidade da sua superação para assegurar um futuro com um ambiente equilibrado e sadio. Não bastava, portanto, acordar as metas, que seriam úteis, mas insuficientes, se não fossem propostos caminhos, porque no ambiente, como em tudo na vida, não havia políticas neutras;
- Os problemas ambientais não tinham fronteiras nos limites concelhios daí que a municipalização da gestão ambiental, não seria seguramente, a melhor solução;
- Exigia a adopção de medidas de reforço dos meios do Estado para desenvolver uma verdadeira política de defesa da natureza, colocando a riqueza natural do País ao serviço do povo e do desenvolvimento nacional; Exigia o desenvolvimento de alternativas energéticas de domínio público, o reforço do investimento no transporte público, no sentido da sua gratuitidade e alargando a sua oferta em detrimento do transporte individual, mesmo que eléctrico, o investimento na investigação e desenvolvimento com vista à diminuição da dependência de combustíveis fósseis e a defesa da produção local, nomeadamente através do fornecimento das cozinhas dos refeitórios das escolas que deveriam fornecer as refeições escolares, defender a gestão pública da água, políticas de ordenamento que ajudassem a mitigar e adaptar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

a cidade, na gestão pública e reforço dos meios do estado nas matas nacionais e áreas protegidas, nas políticas de habitação e adaptação dos edifícios. O artigo 66.º da Constituição da República Portuguesa, que nos falava do direito ao ambiente que consagrava que “*todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender*”, e que “*incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos(...), assegurar esse direito(...), no quadro de um desenvolvimento sustentável*”;

- Coimbra, como o país, precisava de uma viragem na política ambiental que consagrasse o desígnio constitucional. Uma política ambiental visando a preservação do equilíbrio da natureza e dos seus sistemas ecológicos, que respeitasse o “*princípio da precaução*” face a novas ameaças e problemas, contribuindo para prevenir os efeitos das alterações climáticas e que garantisse a democratização do seu acesso e usufruto, combatendo a mercantilização do ambiente e a sua instrumentalização ideológica e política pelo grande capital;
- Concluiu afirmando que votariam favoravelmente o *Plano Municipal para as Alterações Climáticas* em apreciação revelador de um esforço sério na abordagem do problema, assumindo, desde já, a exigência de um adequado compromisso do Estado Central e que a adequada implementação do *Plano Municipal para as Alterações Climáticas (PMAC)* deveria passar por um contínuo diálogo com as juntas de freguesia, agentes económicos e associações ambientais do concelho e em cooperação com outros municípios da região, em permanente debate que avaliasse e apreciasse os seus resultados.

Intervenção do deputado municipal José Dias (PS) : [\(áudio 42:57 a 45:33 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Salientou, como dado adquirido, “*Coimbra por si só não irá resolver o problema (...) não quer dizer que não possamos dar o exemplo não só para a região, mas para o país (...) acreditamos que este é um excelente exemplo*”;
- Enunciou como factores abrangidos pelo Plano Municipal para as Alterações Climáticas a integração da sociedade civil e adaptação económica e alertou para a oportunidade impreterível dos fundos europeus, quer no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência quer no Programa Portugal 20/30.

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (CpC) : [\(áudio 45:57 a 47:40 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Em matéria de tão crucial importância como o era a problemática das alterações climáticas e suas consequências nas suas vidas, e a urgência de um programa de acção coerente, articulado, que vinculasse o Executivo Camarário e se revelasse eficaz na mitigação dos danos causados pelo aquecimento global, aconselhava o bom senso que se evitassem quer posições de autossatisfação de quem, estando no poder, julgava que tudo já estava a ser feito, quer de quem, numa atitude hipercrítica achasse que tudo estava por fazer;
- Pelo exposto saudavam como positiva a elaboração do *Plano Municipal para as Alterações Climáticas (PMAC)*, não deixando, no entanto, de lhe apontar limitações, insuficiências ou até mesmo incongruências. Porém, faziam-no e continuariam a fazê-lo de forma crítica e construtiva. O *Plano Municipal para as Alterações Climáticas (PMAC)* teria muito a ganhar se tivesse seguido, para a sua elaboração, um processo idêntico ao que tinha sido adoptado para o Plano de Saúde, envolvendo uma equipa pluridisciplinar que integrasse os contributos científicos de especialistas do clima, da das ciências biológicas, da geografia, da física, arquitetos e arquitetos paisagistas, bem como especialistas das áreas das energias, dos transportes e da indústria, promovendo uma análise mais globalizadora e potenciando um diálogo interdisciplinar, imprescindível a uma visão mais global e integradora das problemáticas associadas às alterações climáticas, motivadas pelas atividades humanas;
- Concluiu afirmando que apesar das críticas que faziam, consideravam que que o *Plano Municipal para as Alterações Climáticas (PMAC)*, ainda que necessariamente melhorado, tornando-o mais operacionalizável e monitorizável, devia constituir-se como um instrumento estratégico de crucial importância para a implementação de acções de política ambiental eficazes na mitigação e adaptação ao clima. Por isso votariam a favor do *Plano Municipal para as Alterações Climáticas (PMAC)*.

3. Programa Municipal para as Alterações Climáticas;

Deliberação nº 31/2021



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, por *maioria*, com 42 votos a favor (23-PS; 9-PSD; 6-CDU; 1-CDS-PP; 2-CpC; 1-MPT) e 3 abstenções (2-SC; 1-PPM), nos termos da alínea h), do n.º 1, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 16 de Agosto, *aprovar "Programa Municipal para as Alterações Climáticas", assumindo-o como estratégico e orientador na prossecução do combate às alterações climáticas e transição climática à escala local e decisivo para o interesse público nacional global.*

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

→ Propôs a discussão conjunta dos *Pontos 4, 5, 6, e 7* o que resultaria num debate de 30 minutos, salvaguardando a votação separada

- 4. Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) relativo ao ano de 2021, a liquidar e cobrar em 2022;**
- 5. Derrama do ano 2021 a liquidar e cobrar em 2022;**
- 6. Participação Variável no IRS, para 2022;**
- 7. Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), para 2022;**

Intervenção do Presidente da Câmara:

→ Propôs-se a fazer o enquadramento global e avançou que, de acordo com a Lei das Finanças Locais, o município podia decidir anualmente sobre as taxas de imposto, designadamente IMI e Derrama entre intervalos, majorações e minorações previamente fixadas. Informou que a autonomia dos municípios em política fiscal não contemplava todos os impostos. *“no caso de Coimbra o município tem de tomar decisões fiscais sobre IMI, Derrama, IRS, Taxa Municipal de Direito de Passagem e significa tomar decisões sobre a receita corrente Municipal, metade da receita corrente municipal está aqui em causa, por isso são decisões que deverão ser tomadas com a devida ponderação. Receitas Correntes financiam a actividade autárquica corrente, designadamente, salários, bens e serviços, transferências e subsídios. O município de Coimbra nos últimos anos de quando se agravou de forma substancial as taxas de imposto do concelho entre 2016 e 2020, passou a taxa de IMI de 0,33% para 0,3%, taxa mínima legalmente prevista. Há 8 anos atrás, em 2012, a Taxa do IMKI era de 0,4 %. O efeito desta política na liquidação e cobrança do IMI entre 2017 e 2020 traduziu-se numa importante poupança para as famílias, empresas e instituições de Coimbra que pode chegar aos 90 milhões de euros (...) em contrapartida, nos anos 2018 e 2019 verificou-se uma diminuição expectável na receita arrecadada por via do IMI, mas 2020 e 2021 já apresentam um novo crescimento nas liquidações de IMI tendo se mantendo a taxa no mínimo o que é indicador significativo da dinâmica económica da nossa cidade*

→ *“manter, para 2022, a taxa normal do IMI para os prédios urbanos no mínimo legal de 0,3.; 2.-fixar a majoração desta taxa para o triplo para os prédios urbanos devolutos, assim procurando incentivar ou pressionar a sua ocupação; 3- fixar a majoração desta taxa em 30% para os prédios urbanos degradados incentivando a sua requalificação e reutilização; 4- fixar a minoração da taxa de 30% para a área classificada património mundial da humanidade e para a respectiva zona de protecção; 5- fixar a minoração da taxa em 30% para os prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural; 6- quanto aos prédios rústicos proposta a fixação de majoração de áreas florestais em situação e abandono, incentivando-se a sua limpeza.*

no que concerne à Derrama, este ano, dado o adiamento do calendário para as e fiscais por parte das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

empresas devido à pandemia Covid -19 ainda não temos dados para este imposto, propondo-se ficar a taxa normal de Derrama nos 11, 5 % no volume de negócio superior a 150mil euros, para empresas com volume de negócio inferior , este ano é necessário fixar taxas de Derrama reduzidas uma vez que já está previsto o documento de concessão de isenção de impostos municipais, aprovado pelo Executivo e pela Assembleia Municipal em vigor desde o ano transacto.

- Em termos de participação variável no IRS, propõe-se a manutenção da Taxa de IRS nos 5% à semelhança do sucedido no ano homologo , para funcionar como estabilizador desta receita e indiretamente das finanças municipais já que apresentam uma receita potencial superior a 13 milhões. O grupo municipal no seu todo e o impacto da recessão devido à Covid-19 nos SMTUC, no Itap e na Águas de Coimbra vem com a possibilidade de reforço das transferências de serviços e empresas “ como alias já se verificou no caso do itap” em que o executivo tem uma proposta do equilíbrio financeiro, face aos resultados negativos verificados no ITAP “ por outro lado o município tem vindo a atribuir um importante leque de benefícios fiscais de apoio às famílias, às empresas, às associações
- No âmbito do regulamento de concessões de isenção de impostos municipais, como pelo conjunto de decisões que a Câmara recentemente tomou , o impacto financeiro da aplicação deste regulamento equacionado no contexto de definição de política fiscal para o próximo ano, sendo que há benefícios fiscais que não se conseguem quantificar , pois depende da iniciativa dos próprios beneficiários, requerendo-o e do contexto do maior ou menor agravamento da crise económica e social trazida pela covid. Parece evidente que para este cenário toda a incerteza sobre o crescimento económico mundial para os próximos anos, são a política de estabilidade fiscal, com rigor na gestão da despesa com alguns estabilizadores na receita será adequada. Esta política de estabilidade para o próximo ano permitira manter o nível actual de intervenção publica do município, manter a saúde financeira do município, permitirá acautelar eventuais ajustamentos orçamentais decorrentes da política de descentralização e permitirá ambicionar , num futuro próximo, quando o cenário macro económico se inverter, poder voltar a equacionar políticas de maior desagravamento fiscal que neste momento seriam imprudentes, por tudo isto parece que a Assembleia Municipal merece aprovar este conjunto de aspectos essenciais da fiscalidade autárquica no concelho de coimbra para o próximo ano”

Intervenção do deputado municipal Júlio Gaudêncio (PSD) [:\(áudio 58:41 da 3ª gravação a 03:06 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Informou que os temas que ali iam discutir e decidir sobre os Impostos e Taxas, eram de extrema importância, não só para o Orçamento da Câmara, mas, muito mais para o *"bolso"* dos contribuintes de Coimbra. Naqueles 8 anos de gestão do Presidente Manuel Machado e do PS/PCP, nas Receitas, cujos Impostos, contribuições e taxas, continuavam a crescer, nomeadamente o IMI e o IRS, mas também o IRC a Taxa Municipal de Direto de Passagem (TMDP);
- Informou que analisarem comparativamente os dados de cobrança do IMI, constatavam que o seu crescimento de 2014 a 2020, tinha sido de 37,3 Milhões €, isto era, 24,17%, por comparação com o período 2007 a 2013, anos de governação, do PSD/CDS/PPM. Tinha sido uma Receita média de 27,3 Milhões€, comparada com os 22 milhões dos mandatos anteriores. Se aquilo não era *"esbulho fiscal"* o que faltava para o ser!
- Voltando a entrar no tema do IMI Familiar, disse não se compreender que mais uma vez os defensores dos *"pobres e carenciados"* e das famílias, não tivessem proposto a aplicação daquele benefício às famílias com dependentes a cargo, quando já a larga maioria dos Municípios portugueses o tinham feito. Era o socialismo no seu melhor! Mas, menos sentido fazia quando, ao se estimar o impacto daquela medida nos cofres do Município que seria de cerca de 340 milhões€. Isto era 1,25% da receita média



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

cobrada do IMI. Não podiam esquecer que aquele benefício era destinado às famílias que habitassem em Imóvel destinado a habitação própria e permanente. O futuro diria se as famílias que poderiam beneficiar daquela redução estavam de acordo com as políticas, ditas sociais, do PS e do PCP. Da parte do PSD, continuariam a defender que o mereciam e que já deveriam estar a ser beneficiadas;

- Quanto IRS, informou que constataram que as Receitas anuais tinham vindo a aumentar naquele período em comparação com a gestão de 2007/2013. Um crescimento moderado de 10,5 Milhões€, para 10,9 Milhões €, valores médios. Aquilo era, 3,67%de acréscimo. Notavam que havia uma estagnação dos valores médios anuais cobrados no Concelho e aquilo deveria levá-los a refletir se não estaria ali subjacente a "estagnação" do crescimento económico de Coimbra, que tanto tinham denunciado e criticado. Por outro lado, outros fatores como: salários baixos, contratos precários, desinvestimento empresarial, imigração/emigração de jovens qualificados, etc., estariam a dar seu contributo para aquela "estagnação". No entanto, os Conimbricenses que pagavam IRS, não podiam ser sacrificados, fiscalmente, pela inépcia dos decisores municipais, na criação de condições objetivas à instalação de unidades de produção inovadoras e de produtos transacionáveis. Daquele modo, mereciam ser parcialmente compensados do esforço que tinham feito ao longo daqueles anos. Assim, o PS deveria já ter proposto que a percentagem de 5% fosse reduzida para 4 %, beneficiando os contribuintes de Coimbra, no momento da liquidação, em sede do IRS, na Autoridade Tributária e Aduaneira;
- No que dizia respeito à Derrama, informou que os valores cobrados tinham oscilações significativas de ano para ano. A título de exemplo: no ano de 2014, tinham sido cobrados 1,7 Milhões €, em 2017: 9,2 Milhões € e em 2020: 4,7 Milhões €! O que os levava a perguntar: o que se passava com o tecido empresarial em Coimbra? Sabiam que só havia cobrança de derrama Municipal, se existissem lucros tributáveis sujeitos e não isentos de imposto sobre IRC, nas empresas. Mas aquelas variações tinham que refletir vários factores de instabilidade nos negócios e deviam ser analisados, com os Empresários e a Câmara Municipal, no sentido de perceber se era possível encontrar soluções que estabilizassem e se sentissem confortáveis no seu desempenho e contribuíssem para o crescimento e desenvolvimento de Coimbra. Naquele campo, o Executivo tinha feito muito pouco ou mesmo nada que fosse significativo. Por essas razões e fundamentos, os deputados do PPD/PSD, não concordavam com as propostas do Executivo Municipal para 2022 e iriam votar contra no IMI, no IRS e na Derrama;
- Concluiu afirmando que quanto à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), lamentavam que todos os Municípios pagassem a mesma Taxa de 0,25%! Pois enquanto no IMI, IRS e Derrama, só uma parte dos contribuintes eram afectados nos seus rendimentos, naquele caso pagam "*Ricos e Pobres*" e embora o pagamento individual fosse baixo, o Município não deixava aquelas receitas fora do seu orçamento, com valores anuais médios na ordem dos 65 mil€.

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (CpC) : [\(áudio 03:33 a 08:12 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Informou que as receitas cobradas do IMI tinham um peso bastante relevante na receita total da Câmara, constituindo cerca de um terço, ou mais, do total das suas receitas correntes. A análise da evolução das mesmas demonstrava-lhes que, apesar da fixação da taxa no mínimo de 0,30%, nos últimos três anos, não se registavam alterações sensíveis na receita, pelo que a taxa se devia manter no mínimo, constituindo correcta medida de alívio fiscal para os municípios proprietários de imóveis. O quadro de orientações financeiras que orientava a política fiscal, nomeadamente no que diz respeito ao IMI, para além de garantir receitas cruciais, constituía, também, ainda que de forma limitada, um instrumento de intervenção e regulação do edificado urbano, da sua manutenção e reabilitação; criando incentivos à reabilitação urbana e penalizações para quem deixava ao abandono o seu património urbano, deixando-o degradar-se, tantas vezes colocando em risco a segurança de pessoas e bens, ou pura e simplesmente o deixava devoluto, não cumprindo a sua função social habitacional. Justificava-se, assim, a majoração para o triplo a aplicar aos prédios devolutos há mais de um ano, aos prédios em ruína, bem como uma majoração de 30% para os prédios urbanos degradados cujos proprietários, depois de notificados para proceder à sua recuperação não tivessem procedido às respetivas obras. Porém, como em anos anteriores tinham vindo a questionar, tinham sérias e fundadas dúvidas de que aquelas decisões que tinham vindo a tomar, se tornassem apenas um mero exercício de retórica fiscal, iníquo, porque sem consequências para a esmagadora maioria dos proprietários de imóveis que por omissão, desleixo, ou prevaricação não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

cumpriam as suas obrigações sociais. Pois, como sabiam, não bastava definir taxas penalizadoras se o Executivo Municipal não procedesse à necessária e imprescindível identificação dos prédios urbanos degradados e devolutos há mais de um ano, na área do município, a fim de que, até 31 de dezembro, fosse feita a comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira, tal como estabelece o ponto 14 do art.112º do CIMI, sob pena de na ausência dessa mesma comunicação, ser aplicada a taxa mínima de 0,3%, tornando letra morta as majorações de taxas deliberadas por aquela Assembleia. Vinham, repetidamente, a solicitar ao Executivo Municipal que apresentasse à Assembleia informação sobre o número de prédios devolutos e prédios em ruína que se encontravam identificados no ano transato e qual o montante da receita, que tinha sido cobrada no cumprimento da decisão de majoração em 30%. Pedido repetido que tinha caído, invariavelmente, em “*saco roto*”;

- Relativamente à Derrama 2022 informou estarem de acordo com a taxa fixada em 1,5%, sendo que para todas as empresas com um valor de negócios inferior a 150 000 euros, se mantinha a isenção fiscal, o que representaria um ligeiro alívio para as pequenas empresas, a necessitar de todos os meios para a sua recuperação;
- Relativamente à Participação Variável do Município na receita de IRS, concordavam com a fixação de uma taxa de 5% relativamente à participação variável do Município no IRS para rendimentos de 2022. Consideravam que a devolução aos munícipes de 0,5% da taxa cobrada de IRS significaria valores irrisórios, sobretudo para os contribuintes de menores rendimentos, sem impacto significativo. Eram de opinião que a justiça fiscal se fazia mais pelo lado da redistribuição, promovendo políticas de apoio social às famílias de menores recursos e pessoas em situação de maior vulnerabilidade que, no atual contexto de crise económica e social que se vivia, tanta falta fazia. Como vinham a defender, era sua convicção que as políticas de incentivo à natalidade e à fixação de jovens casais em Coimbra, não passavam por medidas avulsas de distribuição de pequenas migalhas em sede de IMI e IRS às famílias com um, dois, ou três filhos. Se queriam políticas de estímulo à natalidade e de atração à fixação na cidade, então o caminho era criar uma rede de creches públicas, ampliar a oferta pública de educação pré-escolar, que constituiria, sem qualquer sombra de dúvida, apoio social, bem mais precioso e eficaz;
- Terminou afirmando que, a propósito do Plano de Saúde tinham identificado que existiam 5 freguesias sem oferta de creche, mas deveria dizer-se, “*creches privadas*”, porque públicas, em Coimbra, só existia uma única.

Intervenção do deputado municipal Vítor Parola (PS) : [\(áudio 08:50 a 15:24 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Declarou que antes da sua intervenção sobre o Ponto 4, ficar-lhe-ia mal, sendo aquela a última Assembleia Municipal daquele mandato, não dirigir uma palavra de apreço, de gratidão, aos vários Deputados da Comissão dos Assuntos Jurídicos, a que tinha tido a honra de presidir e que foram inexcedíveis em dedicação e competência, isenção e imparcialidade, quando solicitados. Na pessoa da Secretária da Comissão, Deputada Helena Mendes do Grupo Municipal do CDS, o seu muito obrigado, endereçado a todos vós. Ficavam amizades para a vida!
- Aludiu que era para ele um privilégio, como deputado municipal do Partido Socialista, ir a aquela tribuna defender a proposta inserida no Ponto 4 da Ordem do Dia, ou seja, manter a taxa base do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) dos prédios urbanos do concelho, em 0,30%, o mínimo legal possível, proposta aquela que a Câmara Municipal, liderada pelo PS, tinha aprovado, e que naquele momento, naquela Assembleia Municipal, carecia, legalmente, de ser sufragada. Questionou porque era para ele um privilégio defender aquela proposta? Exatamente, porque a política realizada através dos eleitos pelo Povo, naquele caso nas autarquias, e que neles confiavam, daí a confiança do seu voto em 2017, atrevesse, como era o caso de Coimbra com o Partido Socialista ao leme, liderado por Manuel Machado, a ter respeito pelos seus munícipes, seus concidadãos, não aumentando o IMI, nem outros impostos, como taxas ou taxinhas, pois sabiam das dificuldades que aquele mesmo povo estavam a atravessar, num período tão difícil, como era aquele da pandemia do COVID19, e aquilo significava, saber interpretar a sociedade, o tal povo, o que já não se poderia dizer de outros, ditos políticos, que em tempo de eleições, vendendo o “*gato por lebre*”, só pretendiam ser eleitos, para de seguida, juntos, serem somente do “*bota-abaixo*” de Coimbra, como muitas vezes eram referidos, “*juntos, somos contra Coimbra*”. o povo não esqueceria aquela oposição do “*bota-abaixo*”, em que tudo, mas tudo, sem exceção, estava mal, uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

oposição não construtiva. No próximo dia 26 de Setembro, nas Eleições Autárquicas, a memória venceria o esquecimento, e os munícipes do concelho de Coimbra, estava certo, fariam justiça nas urnas em favor do Partido Socialista. Quando chegaram, de novo, aos destinos da Câmara Municipal, eleitos democraticamente pelo povo, o PS tinha encontrado Taxas e restantes Impostos em valores astronómicos, mas também tinha encontrado a Câmara Municipal endividada, e o que tinha feito o Partido Socialista com Manuel Machado ao leme? gestão rigorosa, gestão honesta, e o que tinha conseguido? Baixar as taxas e impostos, conseguindo, com aquela gestão honesta e rigorosa dos dinheiros públicos, equilibrar as contas da Câmara Municipal, que se apresentavam bastante confortáveis e equilibradas, servindo até como um exemplo de gestão a nível nacional no poder autárquico, e, atenção sem empréstimos bancários, que antigamente serviam para camuflar a dívida. A prova daquelas verdades ali referidas, estavam nos documentos que lhes foram distribuídos, e que permitiam perceber com toda a clareza, que entre 2017 e 2019, a Câmara Municipal tinha abdicado de 44 Milhões€ de receita de IMI, a favor daquelas famílias, empresas e instituições do concelho, sendo expectável, que aquele valor ultrapassasse os 90 Milhões€, uma vez que a taxa mínima se tinha mantido em 2020 e 2021, e assim deveria continuar em 2022, era aquele o apelo que deixava, para uma votação que o permitisse, pois o voto de representação que lhes tinha sido atribuído por aquele povo que ali representavam, era para o ajudar e não para o sacrificar. Só assim, teriam o seu respeito, uma maior confiança na classe política, e um efectivo combate ao maior adversário, a abstenção.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU) : [\(áudio 16:18 a 26:34 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Ressalvou “ *eu não percebo a falta de rigor de Júlio Gaudêncio que trouxe aqui um conjunto de números omitindo que essas receitas foram originadas por taxas de imposto diferente(...) é espantoso como é que vem comparar com um crescimento de impostos com a taxa mínima legal, ou seja, nem que se quisesse se podia baixar (...) o Senhor esquece-se de sustentar a sua afirmação para ser mais rigoroso é pena e é por essas e por outras que se descredibiliza a classe política*”;
- Lembrou que os quatro vereadores do PSD, em matéria fiscal, “ *são reincidentes, votam contra todas as medidas propostas, as quais, de facto beneficiam os conimbricenses de menores recursos*”;
- Acusou o PSD, na Assembleia da República, votar contra a criação de um sistema de creches públicas e gratuito, votar contra os aumentos dos salários, em particular o salário mínimo, votar contra a eliminação dos factores de precaridade laboral, e “ *reincidem no choradinho compungido da proteção àqueles que já têm casa, emprego e capacidade para manter uma família*”;
- Apontou a pretensão do PSD de que o Município abdicasse de parte das receitas que lhe cabiam, procedentes do IRS cobrado no concelho e apreciou “ *em boa verdade as boas almas laranja, estão a defender o seu bolso e o daqueles que muito ganham e, por isso, mais IRS pagam (...) os senhores estão a proteger quem mais ganha*”;
- Informou que a cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) tinha mantido uma percentagem constante quer no volume global de receita, quer no seu peso relativo na receita corrente do Município, maior fonte de receita do Município, “ *se calhar já maior do que a que provem das transferências do Orçamento de Estado*”;
- Reforçou o que a CDU afirmava: o IMI, devido à forma de construção e implementação, tinha um crescimento constante dos valores cobrados, pelo que se aceitava a manutenção da taxa de IMI no valor mínimo legalmente possível.
- Advertiu o montante das transferências do Orçamento de Estado para as autarquias, com vista à realização das competências próprias ou delegadas, que tinha vindo a ser reduzido, acrescido da pretensa descentralização de competências para as autarquias sem os seus orçamentos reforçados para o efeito “ *veio agravar a situação. Veja-se o exemplo dos Transportes Urbanos de Coimbra que continuam a merecer tratamento diferente, daquele dado a outras áreas metropolitanas*”;
- Apelou a um estudo dos reflexos para o Município do aumento consecutivo das receitas próprias no orçamento total e, assim, sustentar a necessária e adequada reivindicação junto do Estado Central relativo ao financiamento das competências alijadas para as autarquias;
- Reafirmou preocupações: “ *preocupação quanto ao futuro, atendendo à enorme nebulosa em que consiste a alegada transferência de competências para os municípios*”;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Reiterou que para a tributação do património imobiliário era imprescindível o conhecimento prévio da realidade, ainda não conhecida na sua plenitude, permitindo que os incentivos e penalizações, na habitação, no comércio e na intervenção urbanística, pudessem ser consolidados e, de forma sistemática, transportados para um regulamento geral. Prosseguiu explicando que não existindo uma política municipal orientada para cativar investimento, condição prévia a uma adequada ponderação da tributação dos lucros das empresas, no quadro de uma política fiscal global do município “*não é relevante discutir a alteração à filosofia básica que agora preside à definição da taxa da derrama*”. Justificou, assim, como a manutenção dos montantes e dos termos em que a derrama tinha sido lançada sobre o lucro das empresas;
- Considerou que o critério de cálculo da derrama deveria passar a ser a proporção do rendimento empresarial obtido no concelho e não em função da massa salarial concelhia da empresa. *As distorções são óbvias, empresas com grande rendimento e poucos trabalhadores no concelho são injustamente beneficiadas;*
- Recomendou que a tributação municipal das empresas no quadro das competências municipais deveria obedecer a um programa integrado e distintamente regulado de incentivos urbanísticos, fiscais e parafiscais (taxas), afirmando uma orientação política clara, recusando lógicas de competição entre autarquias;
- Observou, quanto à abdicação de parte da comparticipação das receitas de IRS, que não era justificável a perda de receitas que, bem aplicadas, significariam uma diferença substancial em áreas como o estado das estradas e caminhos ou a higiene urbana, o reforço do transporte público,” *trocando-os por montantes irrisórios para cada contribuinte, deixando de fora, os mais pobres, que serão, por isso, aqueles que, apesar da demagogia barata do PSD, serão os mais prejudicados*”;
- Declarou que viabilizariam a aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem “*já que é uma imposição legal, injusta e iníqua porque se mantém, incompreensivelmente, a possibilidade de as empresas prestadoras do serviço (...) fazer repercutir essa taxa nos consumidores*”.

Intervenção do deputado municipal José Simão (CDU) : [\(áudio 27:10 a 30:39 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Afirmou “*compreendo que as pessoas que pagam IMI tenham alguma dificuldade, cada vez que os prédios aumentam com alguma inflação dada pelas imobiliárias. um prédio que valha hoje 100 mil euros pode ser avaliado em 200 mil e depois o IMI de 0,3 passa para 0,6, portanto não é no IMI, taxa, que está o problema, está na avaliação*”
- Questionou ao Deputado Municipal Pinto Ângelo “*se o seu partido comprar um prédio paga IMI? Não sabia!*” (...) “*se o IMI é tão nefasto porque é que o aprovamos? Recusamos!*”
- Declarou, por fim, “*eu vou votar contra o IMI*”.

4. Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) relativo ao ano de 2021, a liquidar e cobrar em 2022

Deliberação nº 32/2021

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, por *maioria*, com 31 votos a favor (23-PS; 6CDU; 2-CpC) e 14 votos contra (9-PSD; 2-SC; I-CDS-PP; 1-MPT; 1-PPM), nos termos da alínea d), do artigo 25º, conjugado com a alínea cc), do nº 1, do artigo 33º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, 12 de Setembro, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 16 de Agosto, *aprovar, relativamente ao ano de 2021 a liquidar e cobrar em 2022, o Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI)*, nos seguintes termos:

- *Fixar a taxa base do IMI para prédios urbanos em 0,30 %;*
- *Fixar a majoração da taxa para o triplo de IMI a aplicar aos prédios urbanos devolutos;*
- *Fixar a minoração da taxa em 30% para a área classificada como Património*
- *Mundial da Humanidade e para a respetiva zona especial de protecção;*
- *Fixar a majoração da taxa em 30% para os prédios urbanos degradados;*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- *Fixar a majoração da taxa para o dobro para os prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono;*
- *Fixar a minoração da taxa em 30% para os prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural.*

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

5. Derrama do ano 2021 a liquidar e cobrar em 2022;

Deliberação nº 33/2021

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, por *maioria*, com 31 votos a favor (23-PS; 6-CDU; 2-CpC) e 14 votos contra (9-PSD; 2 – SC; 1 – CDS-PP; 1-MPT; 1-PPM), nos termos da alínea d), do nº 1, do art.º 25º, conjugado com a alínea ccc), do nº 1, do artigo 33º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 16 de Agosto, *aprovar, a fixação em 1,5% da taxa normal de derrama do ano 2021 a liquidar e a cobrar em 2022.*

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

6. Participação Variável no IRS, para 2022;

Deliberação nº 34/2021

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, por *maioria*, com 31 votos a favor (23-PS; 6-CDU; 2-CpC) e 14 votos contra (9-PSD; 2-SC; 1-CDS-PP; 1-MPT; 1-PPM), nos termos da alínea b) e c), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, conjugado com o art.º 26º, da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 16 de Agosto, *aprovar, a fixação de uma taxa de 5% relativamente a participação variável do Município no IRS para rendimentos de 2022.*

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

7. Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), para 2022;

Deliberação nº 35/2021

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou por *unanimidade*, nos termos da alínea b), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 16 de Agosto, *aprovar a fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) no valor de 0,25% a aplicar no ano de 2022.*

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Declaração de voto do deputado Ferreira da Silva (PS) : [\(áudio 36:21 a 36:33 minutos - 4ª gravação\)](#)

→ Interpretou que, face à aplicação da taxa mínima de IMI, “*quem votou contra quer uma taxa superior*”.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

→ Propôs a discussão em conjunto dos *Pontos 8 e 9* uma vez que se tratavam, ambos, de contratos interadministrativos. Um deles com carácter cultural específico e outro, por sua vez, referente à recuperação de património.

8. Contrato Interadministrativo de Cooperação entre a Direcção Geral do Património Cultural e o Município de Coimbra – Obras- Santa Clara-a-Velha e Museu Nacional Machado de Castro;

Deliberação nº 36/2021

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou por *unanimidade*, nos termos da alínea k), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 16 de Agosto, *aprovar, a celebração de um Contrato Interadministrativo de Cooperação entre a Direcção Geral do Património Cultural e o Município de Coimbra- "Obras - Santa Clara-a-*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Velha e Museu Nacional de Machado de Castro" que tem por objecto regular as relações entre outorgantes tendentes à execução das intervenções de valorização dos museus, monumentos e palácios nacionais, no Município de Coimbra, que venham a ter financiamento através dos instrumentos financeiros do Programa de Recuperação e Resiliência.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

9. Contrato Interadministrativo de Cooperação entre o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais e o Município de Coimbra – WiFi - Santa Clara-a-Velha e Museu Nacional Machado de Castro;

Deliberação nº 37/2021

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, por *unanimidade*, nos termos da alínea k), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 16 de Agosto, *aprovar, a celebração de um Contrato Interadministrativo de Cooperação entre o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais e o Município de Coimbra "WiFi - Santa Clara-a-Velha e Museu Nacional Machado de Castro", que tem por objecto regular as relações entre os outorgantes tendentes à execução das intervenções de transição digital das redes culturais, através da modernização tecnológica, que venham a ter financiamento através dos instrumentos financeiros do Programa de Recuperação e Resiliência, em especial através da cobertura WiFi nos museus, palácios e monumentos.*

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

10. Projecto de delimitação das áreas de Reabilitação Urbana (ARU) da Área Empresarial da Pedrulha e da Área Empresarial de Cernache;

Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 38:24 a 40:46 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Declarou que as Áreas de Reabilitação Urbana representavam “o primeiro passo para o reconhecimento e compromisso público perante o problema e a necessidade da Reabilitação Urbana”, e notou que apenas “*pecando por tardio*”;
- Questionou as causas do abandono das áreas económicas abrangidas e inferiu “*sem se perceberem as causas não se resolvem os problemas*”, apelando, por isso a realização de um estudo;
- Advertiu, no mesmo sentido, “*sem a concretização numa Operação de Reabilitação, como é que a Câmara vai gerir as dinâmicas de reabilitação, promover e garantir a desejada diversificação da economia?*” Apesar das vantagens fiscais para os proprietários,” *na perspetiva do CpC, mas não são suficientes e, sobretudo, não garantem dinâmicas e processos de interesse público.*”
- Lembrou que ao assumir-se como entidade gestora, a Câmara era o garante “*à partida, preto no branco, que serão cumpridos os objetivos de interesse coletivo*. E criticou “*sem uma ORU, nem garantia que seja feita no prazo exigido de 3 anos, o que fica é apenas uma grande abertura de vantagens para privados*”;
- Suscitou uma explicação ao Presidente da Câmara pelo facto da ARU de Cernache contemplar, apenas, o lado poente do IC2, quando a área económica, de acordo com o PDM, perpassava para o lado nascente;
- Declarou que votariam a favor, ressaltando a recomendação “*que se proceda desde já à elaboração das ORU's respetivas, com sustentação, discussão e participação dos cidadãos e cidadãs garantindo que serão cumpridos os tais objetivos de interesse coletivo*”.

Intervenção do deputado municipal Vítor Parola (PS): [\(áudio 41:10 a 45:39 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Anunciou a efectiva reabilitação empresarial que se fundamentava numa proposta para a delimitação de duas novas Áreas de Reabilitação Urbana “*ARU de Cernache*” e a “*ARU da Pedrulha*”. O objectivo do Partido Socialista visava complementar a estratégia da Autarquia de promoção da reabilitação urbana sobre áreas destinadas a atividades económicas, incentivando a requalificação e valorização de duas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

áreas disponíveis para a localização e expansão de empresas, permitindo o usufruto de um quadro de benefícios fiscais associados;

- Exemplificou, como medida fundamental para os impostos municipais e acesso a instrumentos financeiros para a reabilitação e regeneração urbanas, o novo projecto da *Bluepharma* em Cernache, e outros, bem como a regeneração urbana na Pedrulha, nas antigas fábricas *Triunfo*.
- Observou o aumento dos postos de trabalho, a fixação da população, sobretudo, da população jovem, com o conseqüente aumento da natalidade, e ainda, a mais -valia, de maior densidade populacional, pela atracção de emprego, o que se revelaria na melhoria do comércio e serviços, portanto, na economia local.
- Apelou, face ao exposto, a uma votação favorável para a aprovação do *Ponto 10* da *Ordem do Dia* justificando “*só assim, teremos o respeito das populações visadas, uma maior confiança na classe política, e um efectivo combate ao maior adversário : a abstenção*”.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU) : [\(áudio 46:08 a 45:39 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Suscitou dúvidas quanto ao processo e respectivos procedimentos de aprovação da Operação de Reabilitação Urbana, nomeadamente, quanto à submissão a discussão pública, previamente à aprovação definitiva.

Intervenção do Presidente da Câmara:

- Esclareceu o Deputado Pinto Ângelo referindo que essa questão estava prevista na informação técnica do processo e que a discussão pública tinha ocorrido aquando da definição e delimitação da Área de Reabilitação Urbana.

10. Projecto de delimitação das áreas de Reabilitação Urbana (ARU) da Área Empresarial da Pedrulha e da Área Empresarial de Cernache;

Deliberação nº 38/2021

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou por *unanimidade*, nos termos da alínea r), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 16 de Agosto, *aprovar o Projecto de Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) - Área Empresarial da Pedrulha - Área Empresarial de Cernache.*

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

11. ARU Coimbra Universidade/Sereia - Proposta de aprovação da operação de reabilitação urbana (ORU) simples que contém a respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana ERU e âmbito temporal;

Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 50:37 a 53:07 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Afirmou “*temos aqui o nó górdio desta governação e o indicador mais expressivo da inércia do nosso desenvolvimento*”. Acusou a Câmara de se demitir da sua missão central e dos grandes objetivos que tinha enunciado, “*para inexplicavelmente, se reduzir ao papel de gestora da iniciativa dos particulares, admitindo apenas, timidamente, poder fazer uma por outra obra coerciva. O motor de liderança vira repartição licenciadora, como aliás temos visto na ORU da Baixa*”. Contrapôs “*uma ORU simples, ou seja, mínima*” a “*uma ORU sistemática que capacitaria muito mais a Câmara para as intervenções necessárias, que não se reduzem ao edificado, como bem expressa o Regime Jurídico*”
- Incluiu na reabilitação urbana a qualificação das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, visando, assim, a requalificação e revitalização urbana, acompanhada de um programa de investimento público;
- Salvaguardou as parcerias com entidades privadas, advertindo “*mas só podem ser adoptadas, conforme o mesmo Regime Jurídico, no âmbito de uma ORU sistemática. Assim, não temos aqui a identificação dos actores, privados e públicos que foram ou vão ser chamados a intervir no processo*”;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Contactou, na descrição das Operações concretas, ” *propostas (...) algumas absolutamente impactantes no desenho da Cidade, sem sustentação, sem discussão pública (...)*” *contraditoriamente com o modelo de gestão declarado, a Câmara propõe-se a mecanizar a mobilidade da cidade com elevadores, escadas rolantes, passadeiras aéreas... “Há aqui um delírio, claramente eleitoralista”*
- Confrontou os objectivos com “*a mediocridade do modelo de gestão e o delírio imaginativo de algumas das acções*” e declarou “*optamos pela abstenção, para que se não diga que inviabilizamos os financiamentos, mas não desistiremos de tudo fazer para inverter este modo de governação, com acções sustentadas, discutidas e determinadas*”.

11.ARU Coimbra Universidade/Sereia - Proposta de aprovação da operação de reabilitação urbana (ORU) simples que contém a respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana ERU e âmbito temporal;

Deliberação nº 39/2021

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou por *maioria*, com 36 votos a favor (23-PS; 5 -PSD; 6-CDU; 1-MPT; 1-PPM) e 3 abstenções (1-SC; 2-CpC) nos termos da alínea r), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 6 de Setembro, *aprovar, a Operação de Reabilitação Urbana (ORU) simples/Estratégia de Reabilitação Urbana (ERU) da "Área de Reabilitação Urbana (ARU) - Universidade/Sereia"*.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Projecto da acta nº 2/2021 de 30/06/2021.

Deliberação nº 40/2021

A Assembleia Municipal deliberou, por *unanimidade*, aprovar, a Acta nº 2/2021 de 30/06/2021.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

- Desejou a todos os presentes, Deputados Municipais e Vereadores da Câmara Municipal as maiores felicidades,
- Agradeceu aos jornalistas e aos técnicos da Câmara “*que sempre nos acompanharam*” e a todos os trabalhadores do Convento São Francisco, que permitiam que “*esta reunião se possa realizar com a qualidade com que se realiza, no som, na imagem, nas luzes, na segurança*”
- Dedicou, por fim “*uma palavra muito especial*” a Irene Lino e Andreia Brandão “*que são incedíveis no apoio dos nossos trabalhos*”.

Assinadas e aprovadas as deliberações por minuta e sendo vinte horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão.